

O HOMEM DA FRENTE DE EXPANSÃO: PERMANÊNCIA, MUDANÇA E CONFLITO (*).

FRANCISCA ISABEL VIEIRA KELLER
do Museu Nacional (Rio de Janeiro).

INTRODUÇÃO.

As frentes de expansão (1) foram objeto do interesse de estudiosos de diversos campos: historiadores, geógrafos (2), políticos, economistas e, mais recentemente, sociólogos e antropólogos. E a figura do homem da frente de expansão, o pioneiro, o homem da fronteira nos Estados Unidos, o bandeirante no caso brasileiro, é uma categoria que faz parte do repertório nacional e se tem prestado a manipulações as mais variadas.

(*) — Neste artigo apresentamos os primeiros resultados de pesquisa realizada no oeste do Estado do Maranhão, onde estivemos em 1969 em dois períodos: janeiro-fevereiro e nos meses de junho a novembro e em julho de 1970. A pesquisa foi realizada dentro do Projeto "Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional", dirigido pelos Profs. Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, aos quais agradecemos pelo apóio recebido. A Ford Foundation, da qual recebemos uma bolsa de pesquisa que permitiu o trabalho de campo e a análise dos dados, os nossos agradecimentos.

(1). — Usamos o termo "frente de expansão" tal como foi proposto por Cardoso de Oliveira (1967:56) no sentido de segmentos regionais da sociedade nacional expandindo-se por áreas e regiões habitadas não apenas por populações indígenas, mas também — e neste ponto divergimos do autor citado — por regiões já ocupadas e escassamente povoadas e que voltam a ser objeto de povoamento e nas quais verifica-se um alto incremento demográfico, uma valorização da terra seguida de especulação imobiliária e uma redefinição das atividades econômicas em termos de mercado interno ou externo.

(2). — No Brasil os primeiros estudos sobre as frentes de expansão, denominadas frentes pioneiras, foram realizados por geógrafos: Waibel, Monbeig, Egler.

É possível, pois, 1). — analisar a categoria pioneiro ou bandeirante, apreendendo-a num sistema de representações de conteúdo ideológico; 2). — descrever e analisar os diferentes participantes numa frente de expansão num contexto específico ou numa situação particular, historicamente definida, para finalmente 3). — tentar algumas generalizações a respeito das relações sociais específicas que envolvem os indivíduos inseridos numa situação de frente de expansão.

Neste ensaio pretendemos discutir algumas representações ideológicas do “homem da fronteira”, tomando como referência alguns textos sobre o pioneiro nos Estados Unidos, e o bandeirante, no Brasil, e descrever uma frente de expansão contemporânea no Brasil, examinando os diferentes participantes da frente, as modalidades de conflito e as formas de identificação empiricamente encontradas, para finalmente sugerir que o que torna singular a situação dessa frente de expansão é a conotação de mobilidade espacial, o uso e a apropriação de terras devolutas (3), sua privatização legal, a produção orientada para o mercado interno e a existência de um elaborado sistema de crédito rural, envolvendo de um lado o pequeno produtor posseiro e de outro comerciantes desde os pequenos povoados até a sede municipal e paralelo a uma teia de clientela política.

*

* * *

I. — REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DO “HOMEM DA FRONTEIRA.”

O pioneiro norte-americano, o bandeirante brasileiro, homens de fronteira, fazem parte do repertório do nacionalismo, surgindo como categoria ideológica, manipulável, necessária à constituição de uma consciência nacional. Quando afirmamos que as formulações nacionalistas utilizam-se do “homem da fronteira”, referimo-nos a países colonizados e povoados por povos europeus, entre os quais o autoctonismo assume valor central, presente em toda mitologia (4). Tratando-se de países conquistados, com uma população aborígine pré-existente, a ideologia nacionalista se expressa afirmando-se por oposição à metrópole, negando a condição de colônia e implicando numa trans-

(3). — Até a Lei Agrária de 1850, o simples apossamento da terra garantia o direito de propriedade; a partir de 1850, a aquisição de terras devolutas só se tornou possível por título de compra e desde a proclamação da República a propriedade das terras públicas passou do governo central para os Estados, regulamentando estes o problema através de Leis e Decretos Estaduais.

(4). — Foi no correr de seminário na Universidade Estadual de Campinas que esta argumentação foi discutida e levantada pela aluna Manoela Carneiro da Cunha.

mutação do código de valores face à natureza transformada pelo colonizador, transformando-o em um homem novo, renascido, opondo-se à barbárie — em termos duma filosofia e progresso — e ao tradicionalismo metropolitano — também em termos duma filosofia de progresso dentro da qual esse tradicionalismo se apresenta com conotações negativas obstando o progresso. Essa transmutação que influencia toda nação se realiza não na orla oceânica, mas no *hinterland*.

F. J. Turner nos EE.UU. deu a formulação teórica dentro da historiografia americana: a fronteira consolidando a unidade nacional, promovendo os valores da democracia e influenciando na criação duma religiosidade e numa vida intelectual autenticamente americanas, enfim, responsável pelo aparecimento dum “espírito americano”. Pela influência e controvérsias levantadas, citamos alguns trechos ilustrativos da “tesis da fronteira” de Turner:

“American social development has been continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities, its continuous touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating American character” (5).

“The frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist” “Little by little he transforms the wilderness, but the outcome is not the old Europe, not simply the development of Germanic germs, any more than the first phenomenon was a case of reversion to the Germanic mark. The fact is, that here is a new product that is American” (6).

“... First, we note that the frontier promoted the formation of a composite nationality for the American people... In the crucible of the frontier the immigrants were Americanized, liberated, and fused into a mixed race, English in neither nationality nor characteristics” (7).

“The growth of nationalism and the evolution of American political institutions were dependent on the advance of the frontier” (8).

“But the most important effect of the frontier has been in the promotion of democracy here and in Europe. As has been indicated, the frontier is productive of individualism... The frontier individualism has from the beginning promoted democracy” (9).

(5). — *The Significance of the Frontier in American History*, p. 2.

(6). — *Idem*, p. 2.

(7). — *Op. cit.*, p. 10.

(8). — *Op. cit.*, p. 11.

(9). — *Op. cit.*, p. 14.

“The contest for power and the expansive tendency furnished to the various sects by the existence of a moving frontier must have had important results on the character of religious organization in the United States. The multiplication of rival churches in the little frontier towns had deep and lasting effects. . . . From the conditions of frontier life came intellectual traits of profound importance” (10).

“This, at least, is clear: American democracy is fundamentally the outcome of the experiences of the American people in dealing with the West” (11).

No Brasil, como nos EE.UU., encontramos inúmeros exemplos da manipulação da categoria bandeirante, “o homem da fronteira”, em diversos momentos da história do país. Talvez seja das mais significativas a obra de Cassiano Ricardo, poeta, ensaísta, jornalista, historiador, membro do Conselho Federal de Cultura, *Marcha para Oeste*. Essa obra foi editada pela primeira vez em 1940 e reeditada pela quarta vez em 1970, pela Editora da Universidade de São Paulo.

Na *Marcha para Oeste* vemos os bandeirantes, filhos da terra, “híbridos vigorosos”, realizando a obra grandiosa de autocolonização e unificação do Brasil, forjando uma nova nacionalidade, povoando e desenvolvendo o país, fornecendo o modelo autenticamente brasileiro de democracia. O espírito bandeirante teria sido o germe da solidariedade nacional, tendo papel unificador e sendo o responsável pelas instituições políticas brasileiras; ele explicaria a vocação de expansionismo interno que no processo de conquista e integração nacional tem na Transamazônica o seu último momento.

O bandeirante é o homem que marcha em direção ao Oeste, ocupando, povoando, multiplicando a pequena propriedade, desenvolvendo, em contacto com a natureza, novos valores autenticamente nacionais, democráticos, opostos aos do litoral, prolongamento da Europa. E o bandeirante aparece nos compêndios escolares, em discursos e campanhas políticas e, em todas as formulações em que o nacionalismo necessita se afirmar, faz-se apelo ao “espírito bandeirante” de maneira semelhante à manipulação da imagem do pioneiro e da fronteira dentro da ideologia nacionalista norte-americana. Alguns trechos da obra de Cassiano Ricardo são ilustrativos:

“Chama-se, pois, “Bandeira” a cada grupo social que se deslocou de São Paulo, em várias direções, mas principalmente rumo a Oeste, conduzido por um chefe, organizado militarmente, e com

(10). — *Op. cit.*, p. 17.

(11). — *Op. cit.*, p. 31.

governo próprio, em função econômica e de povoamento, dando em resultado a atual silhueta geográfica do Brasil” (12).

“A bandeira nasceu, pois, num meio democrático, que lhe determinou uma composição democrática” (13).

“Os bandeirantes são os híbridos vigorosos que, como explica Gilberto Freyre — tão cedo arrebataram aos portugueses o facho das audácias de colonização do Brasil, transformando-as em audácias de autocolonização. A bandeira é, pois, a glorificação da mestiçagem. Só duplicado em mestiço é que o branco conquistou e colonizou o Brasil, promovendo — e não vai nisto nenhum exagero — uma das maiores revoluções da humanidade” (14).

“Nas relações com outros grupos é que se vê, tanto como na conquista geográfica, o quanto o bandeirismo, com sede em São Paulo, foi brasileiro; universalmente brasileiro... na sua irradiação e no seu papel unificador” (15).

“Os que reconhecem, na bandeira, a “maior força destrutiva” do Estado português, não se lembram de que estão afirmando, precisamente, a sua grande força criadora, na gênese e explicação de nossas instituições políticas” (16).

“Mas a bandeira, como toda revolução, teve grandes reflexos: estabeleceu o ritmo da civilização brasileira; traçou a silhueta verde-física do Brasil; originou uma mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino, em sentido contrário à que só via o litoral” (17).

“A “Transamazônica” que começa a ser construída e que deverá ficar pronta em 1972, constitui nova fase no processo de integração nacional e, no sentido da marcha para oeste... completará a definitiva conquista que o Brasil faz de si mesmo” (18).

Caberia aqui apenas questionar se o “homem da fronteira”, o europeu transmutado em contacto com a natureza, e seus descendentes, categoria dum repertório nacional, manipulável em todas ocasiões em que se quer apelar para o espírito de nacionalismo, não seria uma categoria encontrada em todos sistemas sócio-políticos de nações que se caracterizam pela posse duma extensão territorial considerável, já ocupada por povos classificados como “primitivos” e nas quais, fixadas as fronteiras políticas, coubesse ainda a realização do povoamento e incorporação à economia de mercado de largas faixas de seu território. No caso de países capitalistas, o desenvolvimento do capitalismo

(12). — *Marcha para o Oeste*, 4ª edição, pp. 39-40.

(13). — *Op. cit.*, p. 322.

(14). — *Op. cit.*, p. 356.

(15). — *Op. cit.*, p. 452.

(16). — *Op. cit.*, p. 492.

(17). — *Op. cit.*, p. 624.

(18). — *Op. cit.*, p. 646.

levaria à planificação e intervenção estatal na ocupação, povoamento e formação do mercado interno, com apelo à consciência nacional, como nos exemplos citados, utilizando-se da fronteira e do homem da fronteira como categorias ideológicas. Seria de interesse examinar o caso do Canadá e Austrália que contam igualmente com grande extensão territorial, bem como de países socialistas como a URSS e a China.

As representações ideológicas do “homem de fronteira” poderíamos contrapor a análise específica duma frente de expansão, examinando seus diferentes participantes, as relações sociais fundamentais e procurar ver o que há de permanência e de mudança e a natureza dos conflitos que ali surgem.

*

* *

II. — *O TOCANTINS MARANHENSE: UMA FRENTE DE EXPANSÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL.*

O Tocantins Maranhense abrange a região oeste do Estado do Maranhão, limítrofe com o Estado de Goiás e banhada pelo Rio Tocantins, compreendendo vários municípios situados a leste do Tocantins no seu trecho médio: Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco e Carolina. Os três primeiros municípios citados encontram-se no extremo norte da região e ao lado de pastos naturais característicos dessa área e denominados “sertão”; neles encontramos vastas extensões de floresta amazônica, especialmente no município de Imperatriz, ao norte da cidade do mesmo nome. Essa floresta permaneceu intocada até a década de 50, constituindo uma barreira intransponível. Toda comunicação era feita através do Rio Tocantins ou por terra, através de veredas no sertão, que ligavam a região com os centros comerciais de Barra do Corda e Grajaú, no Maranhão, para onde se dirigiam as tropas de burros de comerciantes e para onde era levado o gado para ser vendido.

A região do Médio Tocantins foi conquistada aos indígenas e ocupada nas primeiras décadas do século XIX por criadores de gado vindos do leste, a partir dos currais de Pastos Bons, Maranhão, num movimento de avanço e dispersão do gado que teve sua origem nos primórdios da colonização, partindo do Estado da Bahia. Na região foram ocupadas as terras de chapada com pastos naturais, o sertão, onde desenvolveu-se o criatório extensivo, com gado rústico, o “pé-duro” ou “curraleiro” (19), criado em fazendas sem cerca, utilizan-

(19). — Gado pequeno, pouco desenvolvido, com grandes chifres, descendente do gado trazido pelos portugueses nos primórdios da colonização e que, internando-se pelo interior, adaptou-se aos pastos naturais, pobres.

do-se pequena mão-de-obra remunerada em espécie: no fim de cada cinco anos o vaqueiro recebia 1/4 das crias nascidas durante esse período. A disponibilidade de terras, a baixa produtividade e o sistema de relações de trabalho criaram um movimento de expansão territorial ligado ao criatório, que cada vez mais se distanciava dos centros de mercado do litoral, tornando-se as fazendas do sertão praticamente auto-suficientes, mantendo contactos esporádicos com os pequenos núcleos urbanos situados geralmente ao longo dos principais rios, centros de atividade político-administrativa. O gado periodicamente era levado para ser vendido nas feiras, que com o tempo deslocavam-se, e donde os comerciantes traziam sal e outros produtos para abastecer o sertão.

Porto Franco e Santa Tereza da Imperatriz foram fundadas em 1852, nos limites da zona de pastos naturais e, portanto, da expansão da pecuária. Ao norte de Imperatriz, a floresta amazônica formava uma barreira, na orla da qual e ao longo das matas ciliares encontrava-se uma agricultura de subsistência.

A cidade de Imperatriz permaneceu um simples aglomerado de casas com apenas três ruas e uma população de 1.000 e poucos habitantes até meados do século XX. Marabá, nas margens do Itacaiunas, era o centro que prosperava, polarizando contingentes populacionais para as atividades extrativistas, borracha primeiro e depois a castanha. Imperatriz era entreposto comercial, posto de passagem para o Pará. A partir da década de 20, a extração da castanha domina a vida econômica da região, atraindo migrantes nordestinos, que já chegavam desde o período da borracha.

Em 1950, a construção de uma estrada carroçavel, liga a cidade de Imperatriz a Grajaú, cidade às margens do rio do mesmo nome, importante centro comercial, ponto terminal de navegação e ligada a Barra do Corda e ao Piauí. Logo a seguir a Prefeitura de Imperatriz adquire o primeiro veículo motorizado a trafegar na região. Pela nova estrada chegam, cada vez em maior número, migrantes nordestinos num movimento de penetração que remonta ao princípio do século, vindos da zona de povoamento antigo do Nordeste, fugindo da seca e das dificuldades de colocação de mão-de-obra ou então procedentes dos “vales úmidos” do Maranhão (20) e especialmente da região entre Itapicurú e o Mearim, sempre em busca de terras devolutas de mata para sua agricultura de coivara.

A construção dessa estrada carroçavel permitiu não apenas a vinda de migrantes nordestinos, mas também intensificou as ligações comerciais com Fortaleza e Recife, onde os comerciantes passaram a

(20). — Vales dos rios Mearim, Pindaré, Grajaú e Turiacú.

se abastecer, enfraquecendo-se concomitantemente as ligações fluviais com Belem, no Pará.

Mas foi a construção da rodovia Belem-Brasília durante o governo do presidente Juscelino Kubistschek, ligando o Tocantins Maranhense e o Norte de Goiás ao sudeste industrializado e à cidade de Belem, o grande agente transformador da região. O afluxo de imigrantes nordestinos intensificou-se extraordinariamente com a ocupação sistemática da floresta amazônica, multiplicando-se os povoados e crescendo a produção de arroz. Ao mesmo tempo começam a chegar pecuaristas vindos do Sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais, interessados pela existência de terras devolutas de mata, susceptíveis de serem transformadas em pastos artificiais; a construção da Belem-Brasília tornaria possível o escoamento da produção para o mercado de Belem. Não só na zona rural o povoamento se adensa, mas a cidade de Imperatriz sofre uma transformação acelerada: sua população aumenta, novas ruas são abertas em direção à rodovia que inicialmente ficava a 3 km do núcleo urbano, que logo a alcança. A cidade de Imperatriz que, em 1950 tinha 1.630 habitantes, em 1960 (2 anos após a Belem-Brasília atingir a cidade) contava com 8.987 habitantes e pelo Recenseamento de 1970 a população da cidade atingia 34.709 habitantes. O município de Imperatriz sofreu também dois desmembramentos: em 1955 foi criado o município de Montes Altos, ao sul do Ribeirão da Posse, abrangendo a maior parte da área de antigo criatório (21), e, em 1961, o município de João Lisboa, a leste, em área na sua maior parte de matas procuradas desde 1953 pelos imigrantes nordestinos (22).

Embora análise da frente de expansão do Tocantins Maranhense sejam dois os fenômenos a considerar, ligados ao alto incremento demográfico — o aumento extraordinário da população urbana da cidade de Imperatriz e a ocupação das terras devolutas de mata —, é nosso objetivo no presente ensaio analisar o processo de ocupação, uso e posse da terra.

*

(21). — Lei n. 1.354. O primeiro prefeito, Euclides Carneiro Neiva, tomou posse a 28-7-1956. Contra a criação do município de Montes Altos, apelou o prefeito de Imperatriz que conseguiu a revogação da lei. Novamente foi pedida pelos montealtenses a criação desse município, reinstalado a 31-1-1959.

(22). — Lei n. 2.167, de 15-12-1961. João Lisboa, sede do município do mesmo nome e antigo povoado de Gameleira, dista de Imperatriz apenas 12 km, SE.

A. — *A Proliferação de Centros e Povoados.*

Os imigrantes nordestinos, que desde a década de 50 começaram a chegar regularmente à região, internavam-se pelas matas situadas a norte e leste da cidade de Imperatriz, abrindo suas roças, após limpeza do terreno (“broca”), derrubada das árvores, cortadas a machado (“derrubada”) e queima da vegetação (“queimada” e “coivara”). Desde o início, o plantio comercial foi o do arroz; ao lado era cultivado um pouco de milho, feijão, fava, mandioca para consumo familiar. Entretanto, foi a construção da rodovia Belem-Brasília que trouxe um grande desenvolvimento ao plantio de arroz, possibilitando sua comercialização em grande escala com os centros consumidores de Goiás e Minas Gerais. Assim, antes da Belem-Brasília, o arroz chegou a ser vendido ao preço máximo de

“10 mil réis a quarta (40 ks.), mas só para o consumo de Imperatriz, que era pequena. Mas, o arroz pegou preço só depois da Belem-Brasília; aí chegou a 100 mil réis a quarta em 1959” (23).

No interior da mata, na mata ao longo da rodovia ou nas margens do Tocantins, os nordestinos formavam pequenos aglomerados, os “centros” com as roças inicialmente muito próximas (24). Os mais antigos centros localizavam-se próximo à Belem-Brasília, denominada “a Central” e nas matas próximas à cidade de Imperatriz, em direção ao atual município de João Lisboa, onde a ocorrência de babaçuais (25) tornava possível uma atividade extrativista, executada pelas mu-

(23). — Piauienses que chegaram em julho de 1945 ao local onde surgiu o atual povoado de Lagoa Verde, o primeiro situado em terras de mata imediatamente ao norte da cidade de Imperatriz. São 11 irmãos que nasceram ao longo do deslocamento dos pais a partir de São João do Piauí, passando por Uruçuí, no Parnaíba, Pedreiras, São Domingos do Azeitão, Santa Teresa, Barra do Corda.

(24). — As roças são cultivadas pela própria família e constam em geral de 8 a 20 linhas, “O que em outras partes se chama tarefa”. As roças são medidas, portanto, em linhas, medida de área. 1 linha = 25 braças quadradas; 1 braça = 10 palmos; 1 palmo = 0,20 m. Uma linha ou uma tarefa equivale a um hectare. Note-se entretanto, que se a roça for aberta em terras de mata a braça não medirá 2,0 m, mas 2,20 m.

(25). — O babaçú (*Orbignya speciosa*) é uma palmeira, da qual praticamente tudo é aproveitado: a população local utiliza suas folhas e o caule para construção das casas e para “pavimentar” as estradas vicinais; o seu palmito é usado na alimentação do gado e de porcos; de suas amêndoas é extraído óleo empregado na cozinha. Entretanto, sua importância econômica decorre do óleo extraído de suas amêndoas com inúmeras finalidades industriais: é empregado na indústria alimentícia e de sabão, para torta na alimentação do gado, na confecção de filmes, etc. É também exportado. Cada palmeira produz em média quatro cachos por pé e dos coquilhos quebrados com machado e um pau

lheres e que complementava o orçamento familiar. Mas, com o tempo, essas matas foram sendo debastadas e após duas colheitas na mesma roça o terreno conhecido com o nome de “capoeira” não apresenta a mesma produtividade, além de exigir muito maior trabalho para limpeza, o que obriga o deslocamento das roças para mais longe, em terras de matas, levando à criação de novos aglomerados para os quais se desloca parte dos habitantes dos antigos povoados e para onde se dirigem os novos migrantes.

Os centros têm seus limites conhecidos e assinalados por acidentes geográficos, geralmente cursos d’água — os “igarapés” ou “brejos” — que fornecem a água para beber, para lavagem de roupa e são locais de banho (26). Os habitantes de um centro não podem utilizar-se das terras que fazem parte da área de outro centro, sob pena de armar-se um conflito violento.

Um centro surge quando um indivíduo ou vários indivíduos, ligados por laços de parentesco, amizade ou compadrio, entrando pela mata a dentro encontram um sítio que lhes agrada e resolvem “situar” ali. Trazem as famílias e iniciam a abertura de roças. Logo a notícia corre e novas famílias vêm juntar-se, aumentando o número das casas. Nesse período inicial o centro é habitado por famílias ligadas por laços de parentesco ou compadrio, oriundas duma mesma localidade do Maranhão donde emigram ou reemigram ou, menos frequentemente, dum mesmo local do Piauí, Ceará ou Paraíba, que migraram juntas ou vieram em virtude de chamado ou notícias (27). A grande maioria dos migrantes procede da região denominada “Japão”, onde cumpria mais uma etapa do processo migratório. “Japão” é designação dada para a região situada grosso modo entre os rios Mearim e Itapicurú, entre os paralelos de 5º e 6ºS, e que, coberta de matas, foi ocupada e desbas-

pelas mulheres se obtêm as amêndoas, vendidas aos comerciantes nos centros e povoados, que as revendem em Imperatriz, de onde são encaminhadas na sua maior parte para o sul do país. Os babaçuais têm uma imensa área de ocorrência, cobrindo parte do Estado do Piauí, o Maranhão e trechos do norte de Goiás. No município de Imperatriz e João Lisboa há grandes concentrações de babaçú nativo, que desaparecem totalmente ao norte do Trecho Seco, divisor d’águas da Serra do Gurupí.

(26). — Nos centros, nos povoados ou mesmo em qualquer local de moradia, nos igarapés ou brejos, há sempre um local convenionado para as mulheres banharem-se e outro para os homens: é o “banho das mulheres” e o “banho dos homens”.

(27). — No processo migratório é de grande importância a rede de parentes, amigos e compadres, pois (a). — é na casa desses que são realizadas as paradas, quando o deslocamento é muito extenso; (b). — o centro ou povoado no qual o indivíduo ou família se fixa — temporária ou permanentemente — é selecionado em função da existência de parentes, compadres ou amigos que enviaram notícias, convidaram ou foram visitados, “agradando-se” o visitante pelo local e decidindo migrar. Essas referências são uma constante nas estórias de vida.

tada na década de 40-50 (28). De lá saíram na medida em que as matas devolutas foram sendo destruídas e as terras encapoeirando foram se tornando “de dono”. A notícia de que em Imperatriz havia muita “terra de comum”, “terra liberta”, “terra da nação”, matas boas para lavoura, atraiu esses lavradores e outros do Piauí e do Nordeste que, vencendo mais uma etapa no seu deslocamento, deixavam as “terras de dono” ou “de lei”, onde deviam pagar ao proprietário uma “renda” em espécie e algumas vezes deviam também dar trabalho em certos dias em troca do direito de cultivar um trecho. Essa “sujeição”, tanto maior quando mais cansada a terra a ser cultivada, impelia-os para a frente de expansão, onde havia disponibilidade de terra e possibilidade, portanto, de “não trabalhar mais de alugado”.

Os centros são denominados com o nome escolhido pelo seu fundador (Centro de Altamira, Centro Palmerândia), com um nome de santo do agrado do fundador (Centro do Bom Jesus, Centro São Domingos, Centro São José), a partir de alguma particularidade ligada à localização geográfica ou à sua fundação (Centro Novo, Centro do Coco, Centro do Meio, Centro do Cavalo Morto, Centro da Lagoa), ou ainda de acordo com um acontecimento marcante na vida inicial do aglomerado (Centro do Carvão, devido a um incêndio que destruiu as habitações). Mas, o mais frequente é serem os centros conhecidos segundo o nome do seu fundador ou fundadores (Centro do Dodô, Centro dos Martins, Centro do Frederico, Centro dos Pernambucanos, Centro do Pedrão, Centro do Puluquero, Centro do Toinho, Centro das Negas). Distam, em geral, um dos outros, de meia a uma légua (3 a 6 km) e, à medida que são cortados por estrada municipal ou particular carroçavel, possuem uma “rua” longa com comércio estabelecido e têm as roças localizadas longe, deixam de ser designados como centros, passando a povoados. Por exemplo, o Centro do Puluquero hoje é designado como o Puluquero ou, mais frequentemente, como Povoado de Petrolina ou simplesmente Petrolina; o Centro do Josias hoje é Cidelândia (29); o Centro do Coco Redondo passou a Povoado de Coquilândia ou simplesmente Coquilândia. E os próprios habitantes mencionam que residem no povoado ou no centro X.

(28). — Sobre a razão da denominação de “Japão” para essa região, Tezozinha Alencar Cunha, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, encontrou localmente várias explicações que pretende aprofundar, entre outras o fato de ser cultivado um tipo de algodão, que dizem os habitantes do local ser semelhante ao do Japão... De qualquer forma, é uma região ocupada originalmente por matas cerradas e com terras de grande fertilidade, que foram desbastadas e ocupadas por migrantes nordestinos na década de 40 e 50.

(29). — O centro de Josias foi iniciado no ano de 1969 por Josias Mendes, comerciante e ex-chefe político de Coquilândia, no entrocamento da estrada que liga a CIDA (Companhia de Desenvolvimento da Amazônia), empreendimento financiado pela SUDAM (Superintendência para Desenvolvimento da

Cabe aqui mencionar que a categoria centro é ambígua; pode designar o aglomerado residencial, mas é também usada para designar o local de trabalho, quando as roças se localizam na mata já distante e é o local onde se encontram os “tijupares”, os abrigos-depósitos cobertos de palha (em geral babaçú), e onde é recolhida a produção e onde se abrigam os lavradores e família na época da apanha ou quando vão cuidar das roças durante a semana, para aí se dirigindo no domingo à tarde ou na segunda-feira de manhã, retornando às suas casas distantes 4, 6 e até 8 léguas (24, 36 e mesmo 64 km) no sábado para buscar carne e o “rancho”.

A categoria centro liga-se, portanto, sempre a mata “mato bruto”, não trabalhado pelo homem, por oposição a mata suja ou capoeira, já trabalhada, transformada pela ação do homem, que a derrubou e consumiu-a com o fogo e que é conhecida como capoeira cansada, quando já sujeita a mais de três cultivos sucessivos.

Mas, se a categoria centro liga-se sempre a “mata”, povoado está ligado a “beira”, beira de rio ou estrada, sendo a estrada por excelência a “Central” ou “Federal”, a rodovia Belem-Brasília. Assim sendo, é possível reconhecer os povoados de beira da Belem-Brasília (e apenas povoados, nunca centros), os povoados de beira de rio e os povoados de beira de estrada carroçável, transitável geralmente na estação seca, o verão, e “tiradas” pelo município, como a Estrada da Produção que liga Imperatriz a uma série de povoados que ficam entre o rio e a central, a noroeste da cidade, ou de iniciativa particular como a Estrada da CIDA (Companhia de Desenvolvimento da Amazônia) que liga a Belem-Brasília aos estabelecimentos da CIDA às margens do rio Tocantins. Poderíamos desdobrar a oposição centro-povoado, ligando-as a uma série de outras oposições:

<i>Centro</i>	<i>Povoado</i>
mata bruta	mata suja, capoeira
isolamento; mata	comunicação; beira
birosca (30)	rua com comércio estabelecido
lavoura	lavoura e criação
pobreza.	alguns ricos e pobres.

Amazônia), à Belem-Brasília, com a estrada que, passando por Coquilândia, prossegue até o Puluquero e daí avança cerca de 30 km até a estrada da CIDA. Esse centro ficou conhecido como centro do Josias ou Entrocamento da CIDA e em julho de 1969 contava com menos de 10 casas, mas encostado à mata virgem e bem servido por estradas estava atraindo um número extraordinário de imigrantes. Em 1970 era já povoado comentado e em 1972 passou a ser denominado Cidelândia.

(30). — Birosca é o termo utilizado localmente para designar uma vendinha em que se encontra em estoque reduzido bolachas, bebidas, pentes, agulhas, botões, frutas e outros pequenos artigos.

São inúmeras as ocasiões em que são usadas essas categorias, sendo que sempre se salienta a noção de pobreza, ligada à noção de carência de bens culturais: objetos materiais, dinheiro, serviços públicos, assistência médica, instrução e mesmo poder de decisão. Essa carência contida na noção de pobreza afeta os habitantes dos centros e atinge também os dos povoados e dela se afastam os habitantes das cidades. Alguns trechos de conversa são ilustrativos:

“Gente de cidade grande, isto aqui é uma capoeira... Vem só os pobres; os ricos ficam nas cidades...”.

“Delegacia de Terras é só para rico; pobre não tem vez... E que será da pobreza se não tem valença na cidade? Tem que sair...”.

“Aqui em Coquilândia e São Félix os mais ricos já estão criando gado... Os migrantes vêm na sua maioria do Ceará, Piauí e do Maranhão, onde a mata está terminada. Os mais ricos saem para a cidade... Vêm em procura de terras devolutas para fazer roça, ganhar um dinheiro; depois quando ajuntam, saem para a cidade por vários motivos, principalmente a educação dos filhos, saúde e também porque nos centros não há estradas, comunicações”.

Todo centro tem seu fundador reconhecido, o primeiro que “situou” no local e cuja família se relaciona, como já mencionamos, por parentesco, compadrio e amizade com um grande número de famílias do centro. As primeiras famílias que chegam após a abertura do centro dirigem-se ao fundador, participando que desejam ficar e abrir roça. As roças são abertas logo atrás das casas construídas em alinhamento. Só muito mais tarde é possível a “compra de terrenos”, isto é, a posse de benfeitorias realizadas, uma vez que as terras não são tituladas.

Há povoados maiores que polarizam toda uma rede de centros e nos quais há “chefes políticos” conhecidos regionalmente e procurados e respeitados pelos eventuais líderes de outros centros, designados estes por vezes como “cabeça” do centro ou povoado.

O chefe político é sempre um elemento de confiança dos comerciantes locais, que o indicam, sendo a escolha ratificada pelos chefes de família do povoado. Quando sua escolha é sugerida pelo prefeito, fala-se em “chefe botado”. É o chefe político quem faz a ligação com a política municipal, pessoa de prestígio e reconhecida pelo prefeito, junto ao qual “negocia” os melhoramentos e benefícios que dizem respeito a seu povoado e região (construção e conservação de estradas, escolas, mercado público, Caixa d’água, instalação de motor para luz elétrica, pequenos favores pessoais). Por outro lado, em época de eleições “responde” pelo seu povoado e sua região; é procurado pelos candidatos, acompanha-os nos comícios. Para ter prestígio e se impor

é necessário que sua liderança seja reconhecida pelos lavradores, que nele devem também confiar, recorrendo a ele para solucionar casos locais ou interceder junto aos poderes municipais. Exerce, portanto, um papel de mediação entre lavradores e comerciantes e entre estes e o centro político local, a sede municipal.

O chefe político pode perder a confiança dos comerciantes locais e dos chefes de família que a esses estão ligados por um sistema de crédito e pode vir a ser substituído. Foi o que aconteceu, por exemplo, no povoado de Coquilândia em 1966.

O Centro do Coco Redondo, atual povoado de Coquilândia, foi iniciado em 1959 por maranhense vindo do “Japão”, que chegou com a família a Lagoa Verde, o mais antigo povoado às margens da Belem-Brasília, a 15 km ao norte da cidade de Imperatriz (Lagoa Verde fora fundada em plena mata em 1945, onde a estrada cortou em 1958). Pouco ficou em Lagoa Verde, onde tinha conhecidos, e logo se internou na mata em caçada, encontrando um “baixão com muito coco, muita caça”, para onde voltou com outras famílias amigas. O centro ganhou nome e foi crescendo; havia muita terra e abundantes babaçuais. Mas, com o crescimento da população, o centro localizado em região baixa “ficou febre”: a malária grassou atingindo rudemente a população, sobretudo no inverno, estação chuvosa, quando as ligações com Imperatriz, distante 54 km, ficam cortadas devido ao aumento de volume dos igarapés. O ano de 1964 foi crítico para o centro, atingindo a malária seu maior índice; por outro lado, as roças já estavam se distanciando e parte da população se deslocou, em busca de mata mais próxima; um novo centro localizado em região mais alta surgiu desde 1962, atraindo lavradores e comerciantes: o centro do Puluquero a cerca de 8 km, a mata beirando o centro. Mas, nessa época, Coco Redondo, já agora conhecido como povoado de Coquilândia, nome com que fora batizado no dia da festa de Nossa Senhora de Fátima, 28 de agosto, pelo padre encarregado da região, contava com estrada carroçavel, ligando-o com a cidade da Imperatriz, mercado e campo de aviação. A estrada fora “tirada” por Manoel Ribeiro, comerciante de Imperatriz, que fornecia mercadoria para os povoados, comprando babaçu e arroz e dando crédito para os comerciantes locais. Foi iniciada em 1961 e os comerciantes do povoado, reunidos, “ajudaram por interesse do comércio”. Em 1962 foi construído o campo de aviação, também por interesse de Manoel Ribeiro e todos contribuíram, cada qual “segundo sua valência”, em trabalho e/ou com dinheiro. No ano seguinte foi construído o mercado do povoado, todos auxiliando novamente.

Nesses anos iniciais o centro, e depois povoado, teve vários chefes políticos, sempre escolhidos entre os comerciantes locais. Destes, o primeiro, J., viera de perto de Caxias com animais e vendendo mer-

cadoria para outro centro, mais próximo à Belem-Brasília; de lá veio para o centro do Coco Redondo, logo no início deste, ligando-se por compadrio ao seu fundador e botando comércio; mais tarde abriu o primeiro Hotel do povoado. Passou um período como chefe político, sendo sucedido por outro comerciante e voltando, em 1966, a ser novamente chefe do povoado, quando foi eleito novo prefeito. Entretanto, essa época foi uma das mais conturbadas do município, com o prefeito local eleito pela primeira vez por um partido político diferente do que sempre detivera o poder na região, contando com o apóio do governo federal, mas em oposição ao governo estadual, que acirrando as oposições regionais e através da nomeação de delegados de polícia, juiz, promotor e coletor estadual, procurou manipular a situação, além de jogar com a oposição existente entre os lavradores e os grandes fazendeiros pecuaristas vindos da Bahia.

Coquilândia, nessa época, era o maior povoado do município, na área de maior produção de arroz do Médio Tocantins, polarizando toda uma região de povoados desde próximo à Belem-Brasília até cerca de 10 km para oeste de Coquilândia. E embora dispusesse de campo de aviação, mercado e possuísse numerosos comerciantes que forneciam crédito aos lavradores, comprando arroz mediante entrega do produto ou então “na folha” (31), isto é, antes da época da colheita e também comprando babaçú, ao mesmo tempo que vendiam no povoado artigos manufaturados ou remédios (32) e, embora já tivesse passado a distrito, com sub-delegado, já não era o povoado que mais migrantes atraía. Suas matas haviam se encapoeirado, as roças já estavam longe, seu comércio estava estabelecido, mas a feira que fora fa-

(31). — Os comerciantes fornecem mercadorias com preços majorados, no mínimo, de 100% em relação aos preços de Imperatriz e costumam também comprar o arroz “na folha”, ou seja, adquirem a produção antes da época da colheita, por previsão, sendo o preço fixado pelo comprador, sempre muito aquém do que o arroz poderá vir a atingir. O comerciante nesse caso entrega parte da quantia estipulada antecipadamente, o restante sendo pago contra entrega das sacas “contratadas”. Para se ter uma idéia da diferença do preço, basta mencionar que em 1969 a saca de arroz na época da safra, iniciada em fins de abril-maio, chegou a atingir até Cr\$ 10,00 e Cr\$ 15,00, enquanto para o arroz comprado “na folha” em torno de quatro meses antes pagava-se Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00, raras vezes Cr\$ 4,00. O comerciante justifica o acréscimo de preços, afirmando que vende quase tudo fiado, com prazo de 6 meses a 1 ano; de qualquer forma, seus lucros oscilam entre 80 a 450%. O lavrador vê-se, pois, duplamente espoliado, enquanto produtor e enquanto consumidor e sua grande aspiração é obter uma pequena poupança ou alguém que o avie para transformar-se ele também em comerciante, trabalhando “de conta própria”.

(32). — Sempre se afirma que “os farmacêuticos são os que mais ganham nos povoados” e, realmente, quando a malária ataca, ou quando sentem-se enfermos buscam medicamentos, nessa ocasião pagando o preço majorado. Acresce que a época de maior incidência de doenças é o inverno, estação chuvosa, quando o lavrador já não dispõe de dinheiro, buscando crédito e não podendo atingir Imperatriz, pois os ribeirões crescem.

mosa anos antes também não mais se realizava; Petrolina, ex-centro do Puluquero, fundado em fins de 1962, era o foco de atração maior, a mata beirando o povoado e com uma feira semanal, aos domingos, iniciada nesse ano de 1966, atraindo toda população dos centros vizinhos.

Mas em Coquilândia a política municipal fazia-se sentir, os comerciantes divididos, não havendo mais uma adesão completa ao chefe político J. Este apoiou o sub-delegado que procurava adotar medidas consideradas arbitrárias e descabidas pela população, como por exemplo proibir que os animais transitassem livremente pelas ruas. O fato de apoiar o sub-delegado e apelar para a polícia para fazer cumprir suas ordens acirrou as animosidades. Alguns comerciantes se opuseram e J. “tirou vingança”, perseguindo-os, opondo-se a eles (33). Esses comerciantes foram forçados a sair do povoado, mas tomaram a iniciativa de pedir sua substituição; falaram com M., também comerciante e dono de quinta (34) para que fosse representar o povoado em Imperatriz. Reuniram-se, então, na casa de M., que estava ausente, comerciantes e muitos chefes de família e o designaram; nessa mesma ocasião estavam presentes, vindos de Imperatriz, um vereador, presidente da Câmara e o juiz, que já traziam a aceitação por parte do poder municipal da designação de M. como novo chefe político. Três dias depois o sub-delegado foi substituído, J. saiu do povoado e M. ficou de chefe de toda uma “secção”, que se estendia do Olho d’Água do Paulo até o Centro do Garapa. Posteriormente, sua área de influência se alargou, pois T., outro chefe regional, jovem de confiança do prefeito e botado de chefe no Puluquero, no correr de uma briga terminou por matar outro homem, fugindo. Mais tarde foi preso, julgado e condenado, mas conseguiu fugir novamente. A região do Puluquero ficou sem chefe; foi então decidido, pelo deputado da região (35) em 1969, que M. passaria a responder por toda área.

(33). — O chefe político persegue os que a ele se opõem, pois dispendo da confiança do Prefeito considera-os de partido contrário, obstando a ação dos comerciantes opositores, utilizando-se da polícia e, quando há mercado, do fiscal deste, e dando todo apóio aos seus partidários. “O chefe resolve os casos locais e sempre dá razão para seus amigos...”.

(34). — Os comerciantes mais bem sucedidos, em geral, procuram ter sua quinta, isto é, terreno cercado, com capim, onde criam gado e colocam cavalos e jumentos.

(35). — No Maranhão, os deputados possuem “sua região”, ou seja, contam com a votação de determinados municípios, agrupados por regiões para se elegerem. Uma vez eleitos, são considerados como representantes da região e mediadores entre esta e o governo estadual e federal, da mesma maneira como os chefes políticos são os mediadores entre “seções” municipais e o poder municipal. Os deputados da região do Médio Tocantins — representantes dos municípios de Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Amarante e Sítio Novo — são Henrique La Roque, com representação federal, e Ribamar Pires Colis, que substituiu o deputado Sálvio Dino, seu cunhado, cassado.

Do exemplo narrado, já se pode aquilatar a importância dos comerciantes nos centros e povoados. São eles os agentes fornecedores de crédito, com prazo de 6 meses a 1 ano, que compram a produção de arroz, mediante entrega do produto ou mesmo antes da colheita, que compram o babaçú coletado pelas mulheres (36), que vendem artigos manufaturados e remédios, cerca de 100% mais caros que em Imperatriz, que exercem a liderança política, que fazem a mediação entre o centro e o poder municipal (37).

Os comerciantes são “a força dos centros e povoados”: no período de formação de um centro e nos pequenos centros não há realmente comércio estabelecido, mas os centros maiores e os povoados contam sempre com seus pequenos comerciantes, dois, três e em geral até cinco. Pode-se, pois, medir a pujança de um centro pelo número e importância, vale dizer raio de ação dos comerciantes que possui e/ou atrai, e o declínio e estacionamento do crescimento de um centro se traduz no deslocamento de seus comerciantes, que saem à procura de outros locais.

Cumprir notar a íntima correlação entre o distanciamento das roças, o surgimento de novos centros e o deslocamento dos comerciantes. O comerciante não apenas acompanha o avanço das roças, buscando melhores possibilidades de lucro nas suas atividades de comerciante e usurário, mas também ele favorece o deslocamento da frente de expansão, pois “quando um comerciante sai, sai com ele toda uma rua”, isto é, todos os que a ele estão ligados por fornecimento de crédito (38).

Entretanto, é preciso assinalar também que os comerciantes deslocam-se não apenas para os novos centros, mas também em sentido inverso, para os povoados maiores e para a cidade de Imperatriz. Assim, à medida que um povoado cresce e se transforma em distrito, com maiores facilidades de comunicação e com roças mais distantes, o que aconteceu em Coquilândia, o número e composição de seus comerciantes se altera, por vários motivos:

(36). — Em 1968, em Coquilândia o babaçú era comprado à razão de Cr\$ 0,35 o prato (o quilo), quando em Imperatriz pagavam Cr\$ 0,65 por quilo.

(37). — Lenin, no cap. V, p. 428, do *Développement du Capitalisme en Russie*, discute o papel do comerciante com a penetração das formas capitalistas no campo, a dupla espoliação praticada por ele em relação aos camponeses e seu papel como agente fornecedor de crédito, de maneira em tudo semelhante ao dos comerciantes dos centros e povoados no Médio Tocantins.

(38). — Vide Lenin, *op. cit.*, cap. V, pp. 410-414. Ward, discutindo a rede de crédito encontrada na Malásia, China e em outras regiões com economia camponesa, aponta para fenômeno semelhante ao encontrado por nós no Médio Tocantins, o que leva a concluir que tal sistema de crédito, com pequenos comerciantes dispondo de estoques reduzidos e clientela e fornecedores fixos pode ser encarado como um aspecto da economia camponesa.

1). — com as maiores facilidades de contacto com Imperatriz (estrada carroçavel, linhas regulares de jeep e ônibus, tráfego de caminhões), os representantes das firmas urbanas procuram os povoados e os habitantes da região passam a ir à cidade, o que se constitui em concorrência-desvantajosa para o comércio local; os comerciantes “mais fracos”, dada a concorrência e o declínio dos lucros, acompanham o deslocamento da frente, rumo aos novos centros à beira da mata;

2). — os comerciantes mais bem sucedidos e que conseguiram acumular um razoável capital, por sua vez veem maiores possibilidades comerciais e oportunidades em Imperatriz, para onde se deslocam;

3). — por outro lado, a importância política dos povoados maiores, em termos de eleitorado, leva à formação de facções entre os comerciantes na disputa da liderança política, o que força, às vezes, a retirada dos que ficam na oposição.

É o comerciante, o “patrão” por excelência, isto é, o indivíduo que fornece dinheiro, que ajesta, que concede crédito para compra de gêneros e remédios, recebendo em troca mercadorias. Nessa categoria de “patrão” está sempre implícita uma relação de desigualdade: o patrão é o indivíduo que tem algo extremamente escasso na região, o capital, e que o fornece, em forma de crédito, para compras ou em forma de pagamento de serviços. Mesmo quando fornece crédito para compra de bens, é reconhecido que ele está auxiliando, está emprestando dinheiro. A relação com o patrão é sempre, pois, associada à noção de dinheiro e implica que o indivíduo que entra nessa relação fica em dívida e deve fidelidade a seu patrão. Assim, como todo indivíduo tem parentes, compadres, vizinhos, todo indivíduo tem seu patrão e se o comerciante do centro ou povoado não tem patrão localmente, é muito provável que ele o tenha na cidade. Embora implique em desigualdade, a relação com o patrão é vista de forma diferente da relação com o dono da terra, o “proprietário”, pois esta última implica em “sujeição”, perda de liberdade, em dominação.

À relação com o patrão contrapõe-se a relação de igualdade dos indivíduos que trabalham juntos, “sócios”, companheiros, colegas da mesma função, trabalhando por conta própria, com interesses comuns, “sem nenhum obstáculo, sem nenhuma má vontade, um interessado pelo outro”. Portanto, com o dono, proprietário da terra, com o patrão que lhe fornece dinheiro, crédito e com o sócio com quem compartilha o trabalho, o lavrador mantém um relacionamento que vê, respectivamente, com implicando em sujeição, fidelidade e interesses comuns. Se ele procura sempre um “bom patrão” e escolhe, quando necessita, sócios preferencialmente entre os parentes, evita de toda forma a sujeição ao proprietário, procurando ser liberto, trabalhar por conta

própria. Por esse motivo desloca-se das zonas mais antigas do Nordeste, onde pagava renda alta; pelo mesmo motivo deixou o “Japão” à medida que as terras foram ficando de lei, de dono e veio em busca de terras livres, da nação, de matas que pudesse trabalhar, sem nada dever a nenhum dono, “nem renda” (participação na produção), “nem trabalho alugado” (dias de trabalho, pagos em dinheiro).

Entretanto, não só lavradores pobres vieram ter à região de Imperatriz; desde a implantação da Belem-Brasília, as terras férteis de mata situadas ao longo da rodovia, logo ao norte da cidade de Imperatriz, começaram a ser procuradas por fazendeiros, criadores de gado, vindos do sul da Bahia, zona do Contestado do Espírito Santo e Nordeste de Minas Gerais. Novamente o lavrador, especialmente os dos centros localizados mais próximos à Central, via-se na contingência de reconhecer que as terras da nação estavam na iminência de transformarem-se em terras de dono. Entretanto, a inexistência de uma “lei de Terras” no Maranhão até 1969 (39) impedia, em princípio, a legalização da posse de terra. Mas, os primeiros fazendeiros baianos que se estabeleceram procuraram obter a legalização de suas terras e para tanto intervieram na política municipal, apoiando o partido do governo estadual, que em Imperatriz havia perdido as eleições. Ao lavrador algumas alternativas se colocavam, conforme a situação de sua roça:

1). — se estivesse localizado em terras agora tituladas, poderia recusar-se a sair, a abandonar suas roças, sendo considerado “invasor” de propriedade e forçado mediante intervenção policial, o que realmente se verificou em alguns casos, após incidentes mais ou menos graves;

2). — quando suas roças estivessem localizadas próximas ou em áreas cobiçadas por fazendeiros sulistas (40), logo passava a sofrer pressões no sentido de se retirar, de entregar mediante pagamento das

(39). — No Estado do Maranhão, até 1969, o problema de terras era regulamentado por: 1). — Decreto n. 385 A, de 30-7-1946, que dispõe sobre as terras devolutas; 2). — Lei n. 270, de 31-12-1948, que cria o Departamento de Terras, Geografia, Colonização e Imigração; 3). — Lei n. 1807, de 21-8-1959, que dispõe sobre os bens imóveis rurais do Estado do Maranhão. Entretanto, desde o início do governo de José Sarney (1967) falava-se na necessidade de uma Lei de Terras no Maranhão, para regularizar a questão de terras, uma vez que o decreto e leis anteriores eram muito gerais, possibilitando variadas interpretações por parte dos políticos. Finalmente, a 17 de julho de 1969, foi assinada a Lei n. 2979 que dispõe sobre as terras do domínio do Estado.

(40). — Geralmente os fazendeiros do sul do país — baianos sobretudo — realizam benfeitorias na parte da área requerida próxima à Belem-Brasília; nos fundos fica a mata, procurada pelos lavradores e onde surgem centros. E como dizem: “Quando derrubada a mata, a terra valorizada, já boa para ‘jogar capim’”, aí entram os fazendeiros em ação, requerendo a saída dos agora “invasores” de propriedade, posseiros. De qualquer forma, mesmo em caso de indenizarem os lavradores pelas benfeitorias destes, usufruem do trabalho de desmatamento realizado sem nenhum ônus.

benfitorias terras que ocupara e trabalhara. Tanto poderia recusar-se, o que gerava atritos, conflitos, ameaças, ou intimidação e convencendo-se da inutilidade de resistência, podia retirar-se, internando-se em busca de terras livres, mais distantes, no interior da mata virgem;

3). — vivendo em um centro, com o correr do tempo suas roças se distanciavam e dois cursos de ação se abriam: continuar a residir nesse mesmo centro ou povoado, indo trabalhar roças distantes, desde que as matas do centro já se exauriram — pois, como foi indicado, todo centro tem seus limites fixados e a distância entre eles varia entre meia a uma légua — ou então deslocar-se para um novo centro mais próximo à orla da mata virgem, ou então “acostumar a trabalhar capoeira” (41);

4). — para os migrantes mais recentes e mesmo para os que não desejassem se internar mais na mata, ou que tivessem perdido suas terras, existem ainda terras devolutas ao longo da Belem-Brasília, onde embora as terras sejam de mata e férteis não há água, o que as torna sem interesse para os criadores. Trata-se do chamado “Trecho Seco”, divisor d’água que se estende por cerca de 32 km, constituindo espigão da Serra do Gurupí. O acesso ao Trecho Seco é fácil, desde que é cortado pela Central, mas toda água utilizada, mesmo para as lides domésticas, é comprada de caminhões que percorrem a área e que vendiam o tambor de 200 l. (o que equivale a 12 latas) à razão de Cr\$ 2,50 em 1969, enchendo os toneis depositados em frente às casas ou os recipientes carreados por jumentos para as casas mais distantes;

5). — em qualquer uma das situações descritas, parte dos lavradores faz uma opção que implica numa ruptura com a situação anterior: deslocam-se para a cidade de Imperatriz, onde passam a residir em um dos bairros periféricos, em terrenos desocupados e onde constroem suas casas. Esse deslocamento implica numa avaliação da situação com uma lógica nova, que o transforma em reserva de mão-de-obra, desde que em Imperatriz não há um desenvolvimento industrial que permita a absorção dessa mão-de-obra. Por outro lado, essa população continua ligada às atividades agrícolas: parte dela continua a cultivar suas roças no Trecho Seco, para onde regulamente se desloca na época de plantio e da colheita. Mas a maioria dos que saíram dos centros e povoados, vindo residir na cidade, só exerce uma atividade regular sazonal, por ocasião da colheita do arroz, quando se dirige para os centros para trabalhar nas roças. O pagamento aí é feito conforme as posses do lavrador; no mais das vezes em espécie, a terça, isto é, de cada 3 arrobas colhidas (cada arroba = 40 k), uma cabe a

(41). — Em São Félix, povoado vizinho a Coquilândia, em 1969 iam trabalhar “capoeira velha”, de nove anos.

quem ajuda na apanha (42), apenas os mais ricos pagam em dinheiro (43).

No período entre as safras, os apanhadores sediados em Imperatriz fazem pequenos serviços, trabalhando por exemplo como oleiros (44), mas na maior parte do tempo vivem dedicando-se à “gambirada”, “trama”, isto é, de trocas de objetos, nas quais procura-se obter uma vantagem pessoal. A trama é troca pura, com vantagem, “o mais sabido marretando o outro sempre”; na gambirada junto à troca dum objeto pelo outro há recebimento do objeto trocado, acrescido de alguma coisa mais. São, entretanto, vários os termos utilizados para caracterizar essa troca com vantagem: batrocada, rolo, embolada, quebrada, trocada.

Em qualquer das alternativas, exceto quando resolve trabalhar as capoeiras velhas, está presente na vida do lavrador o deslocamento espacial, seja periodicamente sempre em busca de matas mais e mais distantes, seja semanalmente indo trabalhar as roças longe do centro onde reside ou deslocando-se de Imperatriz para as roças no Trecho Seco, seja pressionado pelos fazendeiros locomovendo-se em busca de terras livres. Mesmo quando opta por residir na cidade, desistindo de ter roça própria, continua ligado às lides agrícolas e sazonalmente desloca-se para os centros, na época da colheita.

Ser comerciante é para o lavrador a grande aspiração, embora reconheça que nem sempre tal é viável; o comerciante se lhe afigura por excelência o homem livre, sem patrão, que trabalha por conta própria e que acumula prestígio e poder, símbolos de riqueza. E quando consegue atingir esse objetivo, seu lucro é reinvestido não apenas na própria atividade comercial, mas também na formação de uma quinta, onde procura formar seu rebanho. Tanto para o lavrador nordestino, como para o fazendeiro que vem do sul ou para o profissional liberal, a atividade mais rendosa e que mais *status* confere na escala de valores locais é a de pecuarista. Acresce que toda uma política governamental orienta-se desde 1967, marcadamente no sentido de propiciar a formação e desenvolvimento de fazendas de criação em toda região de matas ao norte de Mato Grosso, sul do Pará, extremo-norte de Goiás e Tocantins Maranhense. A partir de 1968, o Banco do Brasil restringiu

(42). — No auge da colheita, quando há muita procura de mão-de-obra, a forma de pagamento passa a ser a meia.

(43). — Em 1969, por arroba foi pago Cr\$ 1,00; em 1971, o pagamento oscilou entre Cr\$ 1,50 e Cr\$ 2,50.

(44). — Os terrenos donde se extrai barro para o fabrico de tijolos e telhas são, nessa região, sempre de propriedade municipal. Em Imperatriz situam-se nas margens do Tocantins (margem esquerda) e qualquer um pode neles se instalar; somente no ano de 1969 o prefeito tentara disciplinar um pouco a ocupação, exigindo pagamento de uma taxa municipal.

os empréstimos agrícolas, ao mesmo tempo aumentando em quantidade e valor total o número de empréstimos pecuários; por outro lado, os projetos aprovados pela SUDAM no setor da agro-pecuária até 1969 superavam em número (47%) e volume de investimento (55%) todos os demais.

A criação com pastos artificiais e cercados foi introduzida em Imperatriz pelos criadores baianos logo após a implantação da rodovia Belem-Brasília e logo um antagonismo latente, por vezes eclodindo em conflito, estabeleceu-se entre os criadores e os lavradores. Excetuando-se os primeiros baianos que obtiveram título de terra, os demais pecuaristas encontravam-se na mesma situação que os lavradores: não são proprietários das terras ocupadas. Entretanto, na prática e segundo orientação também dada pela Delegacia de Terras de Imperatriz, desde que um requerimento seja encaminhado, o direito de posse (concessão) é reconhecido até a obtenção do título definitivo; por outro lado, a posse é reconhecida desde que o terreno esteja cercado. Ora, tanto num como noutro caso é o fazendeiro o favorecido: apenas ele pode arcar com os gastos implicados na compra de rolos de arame (45) em quantidade e é ele quem tem acesso fácil à cidade, conhece os trâmites legais necessários ao processo de requerimento de terras devolutas, tem relações que podem influenciar o andamento do processo, tanto localmente como na fase posterior quando é enviado a São Luís, capital do Estado. E o lavrador, quase sempre analfabeto, tem consciência da sua impotência perante a lei e os fazendeiros, os sulistas:

“Que será da pobreza, se não tem valença na cidade? Tem que sair... Não tem título para ninguém, mas a lei é sempre para os ricos. Mas a pobreza faz sua casa, seu quintal e é justo sair?”

*

B. — *A Formação de Fazendas: a Pecuária e os Fazendeiros Sulistas.*

Fazendeiros baianos, ao terem notícias da abertura da Belem-Brasília, a partir de 1959 vieram à região de Imperatriz e logo identificaram as terras situadas ao norte da cidade e cobertas de mata amazô-

(45). — No segundo semestre de 1969, o rolo de arame estava sendo vendido por Cr\$ 35.00. Ora, para cercar usa-se de 3 a 4 fios de arame. A dimensão das roças varia muito segundo a família do lavrador, mas oscila geralmente entre 8 a 10 linhas. Por outro lado, as menores propriedades requeridas na Delegacia de Terras até 1969 oscilavam entre 30 e 50 hectares. Ora, para cercar uma propriedade de 50 ha com 3 fios apenas, seriam necessários 34 rolos de arame (cada rolo de arame fio 14, arame fardel tem 250 m), o que implicaria num gasto aproximado de mais de Cr\$ 1.000,00 apenas com o arame, gasto totalmente fora do alcance do lavrador.

nica, “como das melhores que conheceram”. Eram terras livres e sem as pragas que afligiam os criadores e destruíram os pastos do sudoeste da Bahia e nordeste de Minas Gerais. Vislumbraram logo a possibilidade de formação de extensas fazendas nessas terras devolutas, com escoamento seguro para o centro consumidor em expansão, ao norte: a cidade de Belem do Pará.

A partir de 1960 fazendeiros procedentes dos municípios de Ibi-carai, Santa Cruz da Vitória, Itabuna, Itapetinga, Itambé, Vitória da Conquista e Jequié, no sudoeste da Bahia, começaram a se situar ao longo da recém-aberta rodovia (46), a partir do km 24 ao norte da cidade de Imperatriz. Começaram a surgir assim fazendas, onde após a derrubada da mata iniciou-se o plantio de pastos artificiais cercados, com capim colômbio, jaraguá e braqueara e para onde foram trazidos, do sul, os primeiros exemplares de raças desconhecidas na região: Gyr e Nelore.

Esses fazendeiros entraram logo com a requisição para compra das terras devolutas junto ao Departamento de Terras, Geografia e Colonização do Maranhão, nos termos do artigo 19 da Lei 1807, de 21-8-1959 e do Decreto de 13-11-59. Os três primeiros títulos expedidos datam de fevereiro de 1961, quando três fazendeiros baianos que haviam requisitado terras em 1959 obtiveram, por compra, áreas marginais à rodovia Belem-Brasília, abrangendo nos três casos 3.000 ha (47). Três outros títulos foram expedidos em dezembro de 1965, relativos a áreas de cerca de 1.000 ha (48). Os demais processos foram todos expedidos em janeiro de 1966, num total de 20, todos abrangendo áreas variando em torno de 500 a 1.000 ha (49).

O que ressalta à primeira vista é que os termos de venda foram todos realizados em apenas três ocasiões: fevereiro de 1961, dezembro de 1965 e janeiro de 1966. Ora, se atendermos para o cenário político estadual, veremos que essas datas coincidem com épocas de troca de governo: assim, fevereiro de 1961 é o mês inicial do governo de Newton Belo, eleito pelo partido da situação, o Partido Social Democrático

(46). — Micro-regiões: Pastoril de Itapetinga (Itambé e Itapetinga), Planalto da Conquista (Santa Cruz da Vitória), Cacaueira (Ibiracai e Itabuna) e Jequié (Jequié).

(47). — Nos três casos foram pagos Cr\$ 120 ao Estado do Maranhão pelo domínio pleno da área de 3.000 ha situada respectivamente à leste da Belem-Brasília e 24 km da sede municipal, a leste da rodovia a 28 km da sede municipal e a oeste da rodovia a 24 km da cidade de Imperatriz. Vide proc. 321-59, 318-59 e 311-59 — Departamento de Terras, Geografia, Colonização e Imigração, Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura.

(48). — Vide proc. 1.106-60, 781-65 e 1.129-60.

(49). — Vide proc. 311-59, 434-59, 232-60, 930-60, 774-61, 775-61, 773-61, 792-65, 871-65, 858-65, 872-65, 857-65, 780-65, 479-65, 789-65, 870-65, 881-65, 895-65.

(PSD), para governador do Estado do Maranhão, ao mesmo tempo que em Imperatriz, pela primeira vez era eleito um prefeito, João Menezes de Santana, pela Oposição, coligação do Partido Libertador e Partido Trabalhista Brasileiro (PL-PTB). Os demais termos de venda coincidem exatamente com o fim do mandato de Newton Belo: dezembro de 1965 e janeiro de 1966.

Essa simples constatação já permite entrever uma nítida interferência do governo estadual, através da sua Secretaria da Agricultura, não apenas no problema de terras, mas na própria política municipal de Imperatriz. Essa interferência em épocas de início ou fim de mandato governamental é arma de que dispõe o governador para grangear e premiar fidelidade partidária, canalizar votos para o candidato da situação, ou então entravar a ação de políticos da oposição em nível municipal. Essa interferência também se realiza através da nomeação de partidários para os cargos de juiz, delegado de polícia, promotor público e coletor estadual. Exemplo nítido dessa manipulação foi o que aconteceu em Imperatriz, a partir de 1961, com plena consciência dos participantes desse processo e que se objetiva nas afirmações:

“A política toda do Maranhão sempre foi feita em torno do problema de terras... Para conseguir as terras que compramos, que tínhamos posses, que tínhamos trabalhado, foi preciso entrar na política. Desde então ficamos marcados...” (fazendeiro baiano com terras tituladas).

“Os fazendeiros do sul conseguiram por meios políticos, com juiz de Direito interesseiro, mandão e bem recompensado tomar as terras. Foi época da política de opressão: se era da política deles, tinham tudo; se não, peia...” (lavrador, residindo na cidade de Imperatriz).

O clima político tornou-se particularmente agitado na medida em que o governador Newton Bello, eleito pelo PSD que dominava o Estado do Maranhão desde a Revolução de 1930, não tendo apóio municipal, tentou manipular a política local, usando dos meios tradicionais e buscando envolver os fazendeiros baianos, elementos estranhos na região e que passaram a intervir no cenário político municipal, sendo mesmo nomeados para cargos de competência estadual. A situação em si, comum dentro da política maranhense, tornou-se cada vez mais tensa, evoluindo para conflito aberto e adquirindo especificidade devido a fatores ligados à condição de frente de expansão e às características próprias do processo político nacional. É preciso, pois, em qualquer análise da situação levar em conta:

1). — a presença dum número sempre crescente de migrantes que penetravam na região de Imperatriz, lavradores vindos do Nordeste

em busca de terras devolutas, na sua grande maioria pobres, analfabetos e dispondo duma técnica agrícola simples, a coivara, com uso do machado e facão, e pecuaristas baianos, mineiros e capixabas, dispostos a abrirem fazendas com pastos artificiais, cercados e gado azebuado. Esses fazendeiros — “os sulistas” — sempre dispunham de capital, bem verdade que variavel, eram alfabetizados e tinham conhecimento da legislação a respeito de terras, dos meandros da burocracia e dispunham de relações, frequentemente capazes de apressar e influir nos processos, na capital. Além disso, entre esses fazendeiros, baianos que primeiro chegaram à região, vários já haviam exercido cargos políticos e relacionavam-se por parentesco e amizade com políticos baianos. Esses migrantes todos, atraídos para a frente de expansão vieram alterar o cenário político regional, no qual dominavam os políticos do PSD, liderados por algumas famílias de criadores de gado curraleiro e/ou comerciantes. Em Imperatriz, os “donos da cidade” pertenciam a famílias ligadas ao ciclo da borracha e da castanha: Milhomem, Moreira, Morais Barros, Cortez;

2). — como em outras cidades da região servida pela Belem-Brasília, em Imperatriz novos líderes políticos aparecem, com passagem nos centros do sul do país e inauguram um novo estilo populista de ação política. Em Imperatriz, o prefeito eleito pelo partido da oposição, embora tivesse se criado no Médio Tocantins, trabalhara na RODOBRÁS e tinha estado previamente, durante alguns anos, no Rio de Janeiro. Se bem que conhecendo e utilizando-se dos meios tradicionais de aliciamento político — laços de amizade, distribuição de “donativos” na época de eleição, promessas de “melhoria” de cunho individual, familiar ou local — procurou politizar os eleitores em torno do problema da posse da terra, opondo “os daqui”, os nordestinos, aos “sulistas”, “os baianos” e correlacionando essas categorias a lavrador e fazendeiro, à pobreza e aos grandes proprietários. Toda sua atuação, ao contrário dos políticos anteriores, ganhava uma dimensão nova, na medida que não se circunscrevia unicamente aos problemas locais e regionais, mas enquadrava-se num contexto mais amplo de Brasil como nação. Além disso, sua campanha política ganhava tons nacionalistas, denunciando os “interesses estrangeiros” na região e os grileiros e opunha, nesse nível, brasileiros e estrangeiros. Fazia apelo à identidade regional e nacional, manipulando-as de forma a despertar uma consciência de posição numa sociedade de classes e através de identidades contrastivas, representando a inserção numa sociedade em que havia interesses contraditórios:

“Assim como o Norte está para o Sul, assim também os brasileiros estão para os estrangeiros...”.

Sua atuação era sobretudo junto aos lavradores que continuavam a recorrer à mobilidade espacial como única solução frente a

interesses mais fortes. Entretanto, se a população rural era numerosa e tendente a aumentar (50), a grande maioria não era de eleitores qualificados e na cidade de Imperatriz é que se decidem os pleitos. Configura-se assim uma situação aparentemente paradoxal: toda campanha política girando em torno do problema de posse da terra, o discurso político procurando mobilizar os lavradores, despertando neles uma identidade regional, quando os eleitores encontram-se na cidade. Mas, na realidade, esse discurso:

1) . — é capaz de mobilizar e sensibilizar uma imensa população rural, que compreende a contradição encerrada nas categorias baiano/nordestino, fazendeiro-pecuarista/lavrador e rompe com o usual recurso na disputa pelas terras: o afastamento, dispondo-se a permanecer e lutar;

2) . — é inteligível para a crescente população da cidade de Imperatriz que mantém suas atividades principais ligadas à lavoura (trabalhadores sazonais, lavradores com roça no Trecho Seco e que foram expelidos de outras áreas, chegando como migrantes em busca de terras livres e/ou que vieram para a cidade devido ao problema da terra). Por outro lado, os próprios trabalhadores do Sindicato de Arrumadores de Imperatriz — também conhecido como Sindicato dos Estivadores — e da Associação dos Trabalhadores em Olaria de Imperatriz, disputados como eleitores, procedem da zona rural, tendo sido anteriormente lavradores em sua maioria.

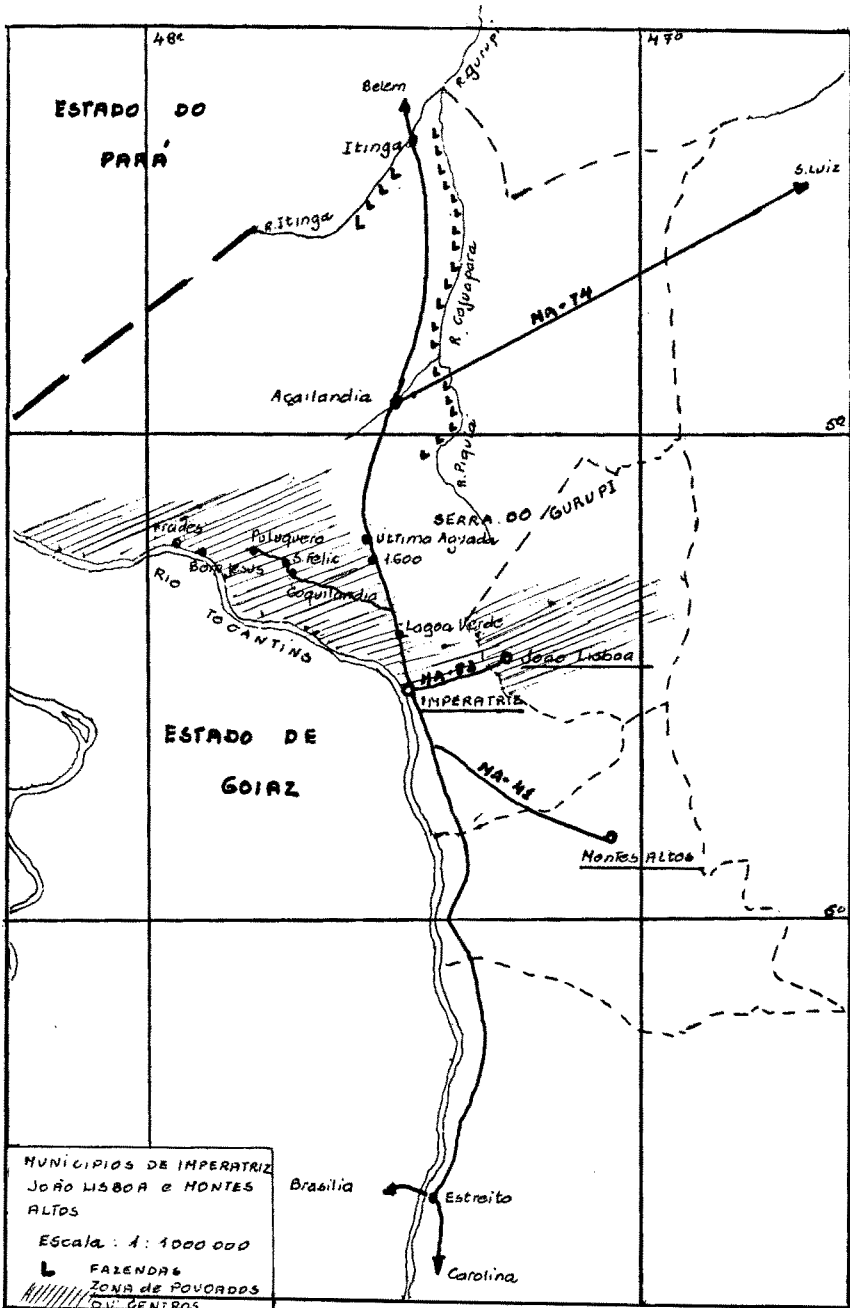
É necessário mencionar ainda o panorama político nacional, onde com a renúncia do presidente Jânio Quadros, acabou por assumir o governo em setembro de 1961 o vice-presidente João Goulart, líder do PTB, partido ao qual se filiava o prefeito de Imperatriz, que então passou a contar com todo apôio na área federal, embora hostilizado no plano estadual. Com isso, o prefeito conseguiu decreto de desapro-

(50) . — Para se ter uma idéia do aumento da população do Município de Imperatriz — que tomamos como referência — veja-se o quadro abaixo, construído a partir dos dados dos Censos de 1940, 1950 e 1960 (Anuário Estatístico do Maranhão, SUDEMA, 1968, pg. 28) e Censo de 1970 (I. B. G. E.).

Município de Imperatriz.

<i>Ano</i>	<i>Pop. rural</i>	<i>Pop. urbana</i>	<i>Total</i>	<i>% Pop. rural</i>
1940	8.153	1.178	9.331	87,3
1950	12.434	1.630	14.064	88,4
1960	30.182	8.987	39.169	77,1
1970	46.013	34.709	80.722	57,0

O que se pode notar é um aumento acelerado da população total acusado no Recenseamento de 1960, ao mesmo tempo que dá-se um aumento que se acentua no total da população urbana, vale dizer, da cidade de Imperatriz, que cresce a ponto de concentrar 43% da população do município, quando em 1950 contava com apenas 11,6% da população e isso levando-se em conta o desmembramento dos municípios de Montes Altos (1959) e João Lisboa (1961).



Municípios do Maranhão onde foi realizada a Pesquisa.

priação de algumas fazendas de baianos, nas quais estavam situados inúmeros posseiros, decretos revogado logo a seguir pelo governo Castelo Branco.

Esses primeiros baianos obtiveram título de propriedade das terras mediante participação no processo político municipal em maior ou menor intensidade, ficando desde então “marcados” e enfrentando uma série de restrições, na medida em que os funcionários e políticos estaduais dificultaram desde então, dentro das normas legais, a execução ou obtenção de qualquer tipo de ação a eles favoráveis, emperando a ação, dificultando a aplicação da lei ou a obtenção de empréstimos bancários.

Dos primeiros baianos, apenas um conseguiu romper com essa oposição baiano/nordestino, ligando-se ao “pessoal da terra”. E esse seu comportamento ganha compreensão, quando consideramos que foi o único que, ao lado da fazenda que abriu — fazenda esta para além do Trecho Seco — voltou-se também para atividades comerciais: instalou um posto de gasolina na Belem-Brasília (já vendido em 1969), uma casa de comércio de ferragens em Imperatriz e abriu invernadas em parte de suas terras ao longo da Belem-Brasília, invernadas que alugava à razão de Cr\$ 3,00 por cabeça, por noite (o que conta no aluguel são as noites passadas, não as horas do dia). A atividade comercial conduziu a um relacionamento maior com os grupos locais e levou-o a estabelecer relações pessoais acomodadas aos interesses que pautavam suas transações ao nível local.

Tendo-se em vista o estilo político de relações pessoais, que implica na dependência e lealdade para com os políticos estaduais, traduzida em adesão e manutenção do eleitorado local, e desde que a população regional constitui-se em sua imensa maioria de migrantes, em relação aos quais não firmou-se vínculos duráveis, o problema de adesão política não define-se em termos duma sucessão de graças recebidas e serviços prestados. Procura-se preservar e ganhar lealdades, retomando a oposição baianos/nordestinos gerada na disputa pela terra e que permitiu aos migrantes uma ruptura no comportamento tradicional de mero afastamento para áreas não atingidas pela agricultura comercial.

Após esses primeiros baianos, que tiveram importante papel na política municipal, outros “sulistas” vieram em busca de terras de matas para abrirem fazendas: baianos procedentes da mesma área já apontada do sul da Bahia, mineiros e capixabas. Os mineiros vieram na sua grande maioria dos municípios de Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Nanuque, Governador Valadares e os capixabas de Mantena e Colatina, enfim das regiões dos rios Mucurí e Doce. Abriram fazendas ao Norte do Trecho Seco, em particular a leste da rodovia e às mar-

gens dos rio Itinga e Cajuapara, formadores do rio Gurupí e de seus afluentes, sobretudo o Piquiá e o Açailândia.

As terras agora ocupadas, o eram pela primeira vez e não haviam sido penetradas ainda por lavradores nordestinos, situadas como estavam para além do divisor de águas, o Trecho Seco, e, portanto, muito distantes da cidade de Imperatriz, centro da comercialização do arroz. Isso implicava numa tarefa inicial de desmatamento e plantio de pastos artificiais, para a qual recrutava-se mão-de-obra nordestina por empreitada, seguindo-se a abertura, com trator, de estradas ligando o local da sede da fazenda — moradia dos donos e currais, invariavelmente situados no extremo da propriedade, às margens dum pequeno curso d'água (córrego) — à Belem-Brasília, distante da sede de 10 ou mais quilômetros. A posse das terras é aí medida em “kms de rio”. Por exemplo, a fazenda X tem sua sede distante 12 km da rodovia, compreende 3,5 km de rio, ou seja, uma extensão de 3,5 km ao longo dum “córrego”, limite extremo da mesma. Se observamos um *croquis* do Norte do Município, veremos uma linha contínua de fazendas acompanhando os cursos d'água e distantes da Belem-Brasília. O curso d'água traça limites precisos, fornece água para as lides familiares e para o gado. Por outro lado, tal procedimento permite que as terras às margens da rodovia sejam facilmente fiscalizadas ao mesmo tempo que o extremo da fazenda fica resguardado (Vide Mapa).

Esses baianos e mineiros chegam em grande número, trazendo a família e agregados, dedicando-se especialmente a fazendas de criação e dispondo de capital para realização das obras de implantação da fazenda e aquisição de matrizes e reprodutores. Alguns exemplos são esclarecedores:

1). — um mineiro de Governador Valadares adquiriu em 1967 a posse de 16 km no Córrego Novo e Pitiá, onde dois anos depois contava com 20 alqueires de pasto formado e pretendia iniciar o plantio de mil pés de café. Trouxera consigo a esposa, filhos, dois cunhados, um agregado e mais 4 famílias amigas, num total de 92 pessoas, entre as quais 21 crianças. Transportara também 15 burros, cabras e outros animais domésticos;

2). — na fazenda X, mencionada anteriormente, vivia um casal que viera com 11 filhos, dos quais três solteiros e uma filha solteira, de Carlos Chagas. Outra filha casada morava em fazenda vizinha, aberta pelo marido que também viera de Carlos Chagas na mesma época. Em Minas haviam ficado duas filhas casadas. Em Imperatriz, o dono da fazenda X comprara uma casa, na qual residiam, durante o período letivo, os filhos menores que ali estudavam;

3). — próximo à fazenda X estabelecera-se outro mineiro de Carlos Chagas, que havia vindo com um irmão e mais duas irmãs casadas, estas com fazendas também limítrofes.

Cumprerem ressaltar que nem todos esses mineiros, baianos e capixabas dedicam-se à pecuária; há também pequenos fazendeiros, alguns de origem urbana e que, ao lado de um pequeno rebanho, plantam legumes e criam galinhas e porcos, que são vendidos na feira do povoado de Açailândia para consumo local ou revenda para donos de caminhões que levam os produtos para Belem. Vêm atraídos pelas oportunidades gabadas por parentes e amigos, mas não dispõem do mesmo capital que os pecuaristas.

A região ao Norte do Trecho Seco configurava-se em 1969 como área de fazendeiros sulistas e nelas inexistia a rede de povoados encontrados ao sul do Trecho Seco. Apenas encontrava-se ao longo da rodovia quatro povoados:

a). — o povoado da Açailândia, distante 72 km de Imperatriz e com cerca de 3.500 habitantes em 1970. Açailândia surgiu no local de um antigo acampamento da Rodobrás e recebeu grande impulso a partir de 1969 com a construção da rodovia estadual Açailândia-São Luís;

b). — 16 km mais adiante ficava o pequeno povoado Perdido, com cerca de 600 habitantes;

c). — 24 km ao norte de Perdido achava-se o povoado de Cajupara, com cerca de 950 habitantes;

d). — e na fronteira com o Estado do Pará, Itinga com cerca de 1.300 habitantes.

Os motivos alegados para a vinda de mineiros, baianos e capixabas são invariavelmente de duas ordens:

1). — a existência de terras disponíveis para a formação de extensas fazendas em região ligada por rodovia federal a um grande centro consumidor em expansão, Belem, e ao sudeste do país. Por outro lado, em Minas, na Bahia e no Espírito Santo, o alqueire de terra atingia preços elevados e os impostos cobrados eram pesados. O deslocamento para o Maranhão significava, portanto, a possibilidade de situar uma fazenda várias vezes maior e mais produtiva com o capital obtido na venda de terras valorizadas. “Quem tinha 30, 40 alqueires lá, aqui tem 600”. Acrescente-se que, na grande maioria dos casos, as famílias transplantadas eram numerosas, contando com cerca de 10 ou mais filhos e no Maranhão abria-se a possibilidade de garantir terras para todos os filhos, não retalhando por herança a fazenda em trechos ínfimos. Enfim, como apontavam, “vieram em busca de melhoria para si e para os filhos”.

2). — a existência na área de toda uma rede de parentes, amigos e conterrâneos que exerceram importante papel no deslocamento através de notícias enviadas ou transmitidas em visitas ao local de origem. Como foi mencionado em conversa: “Aqui é tudo como uma

família, são todos conhecidos”. E o projeto comum a quase todos é abrirem fazendas de gado: “Gado, porque nossa cultura é toda gado...”.

Formam assim os mineiros um desdobramento da categoria sulistas, mais distantes espacial e socialmente, mantendo estreitos laços de amizade e casando-se entre si e salientando vivamente as semelhanças que os unem e os opõem culturalmente aos “maranhenses”: o aspecto físico, as roupas, suas casas de tijolo e varanda, a atividade econômica. Note-se que opõe-se não aos nordestinos como categoria abrangente, mas a maranhense.

Ao lado dessas fazendas abertas por “sulistas”, acentuava-se a tendência ao aparecimento de um tipo novo de fazendeiro: nordestinos residentes na cidade de Imperatriz, onde exercem atividades liberais ou são donos de indústrias de arroz ou funcionários e que adquirem a posse de terras situadas imediatamente ao norte da cidade de Imperatriz, ao longo da Belem-Brasília (numa extensão de cerca de 40 km, antes do Trecho Seco) ou então ao longo de um ramal da Belem-Brasília, que se inicia a 42 km da cidade, a estrada da CIDA.

Esses membros da nova burguesia de Imperatriz, na sua maioria procedentes de cidades do Nordeste, vieram ter a Imperatriz no desempenho de atividades urbanas: chegaram como funcionários federais ou estaduais, como médicos, dentistas e donos de indústria de beneficiamento de arroz. Ao contrário de seus congêneres vindos do Sudeste do país, interessados exclusivamente em atividades comerciais, os donos de indústrias e casas de comércio nordestinos desviam parte do lucro alcançado para a formação de fazendas de criação. Estabelecidos na cidade de Imperatriz, logo desenvolvem toda uma rede de relações pessoais baseadas em favores recebidos e serviços prestados, laços de compadrio e amizade nos moldes do sistema de dominação pessoal (51) e parte das poupanças obtidas são investidas na obtenção de terras e abertura de fazendas de criação. Para compreendermos o significado de tal prática faz-se mister ter em mente dois fatores correlatos:

1) . — todos esses agentes participam de uma tradição cultural na qual a grande propriedade fundiária qualifica o indivíduo. Os favores prestados e a possibilidade de retribuição futura asseguram a boa vontade das organizações governamentais e bancárias no processo de obtenção e valorização de terras. Vê-se, pois, ligações baseadas em associações morais da ordem “tradicional” que são utilizadas conforme os interesses pessoais;

(51). — Para uma análise do sistema de patronagem, vide Maria Sílvia de Carvalho Franco (1969), cap. II e II, quando trata da dominação pessoal.

2). — por outro lado, esses interesses pessoais são definidos num quadro de atividades econômicas, tendo em vista práticas capitalistas. Na formação de fazendas de gado não são perseguidos objetivos sociais primordialmente, mas entra em jogo todo um cálculo econômico, visando um lucro maior se bem que a longo prazo, tanto mais que toda ação do governo federal evidencia um projeto de integração, ocupação e valorização da área pré-amazônica e amazônica através de currais, favorecendo empréstimos à pecuária. Veja-se para tanto os empréstimos do Banco do Brasil de Imperatriz, que é o grande fornecedor de financiamentos para os municípios de que nos ocupamos (52). No período de 1964 a 1969, considerando o volume dos empréstimos concedidos à pecuária, agricultura e indústria, os primeiros acusam nítido crescimento, passando de 13,5% em 1964, para 54,2% no volume total de financiamentos realizados, enquanto os empréstimos à agricultura decrescem de 68,7% em 1964 para 38,9% em 1969. Acresce que os empréstimos para a agricultura diminuíram em número, embora o volume em cruzeiros aumentasse, indicando que os financiamentos orientam-se para o médio produtor (Vide gráfico e quadro).

Empréstimo: porcentagem sobre o volume total concedido.

	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Agricultura	68,7	70,0	58,3	60,5	54,4	38,9
Pecuária	13,5	9,4	17,1	27,0	28,7	54,2
Indústria	17,6	20,4	24,4	12,5	16,8	6,6

Os empréstimos à pecuária tiveram seu valor aumentado e cresceram em número. Por ocasião da I Exposição Rural de Imperatriz, em 1969, foram realizados 46 financiamentos.

Esses fazendeiros formam uma categoria à parte dos baianos, mineiros e capixabas, pois não há distanciamento espacial, nem cultural, entre eles e os demais migrantes nordestinos, estando as diferenças de classe encobertas, escapando à contradição de interesses existentes na medida em que “estruturas arcaicas” e “modernas” coexistem. E ganha sentido no esquema de contra-favores prestados no estilo de do-

(52). — A agência do Banco do Brasil de Imperatriz foi instalada a 10 de março de 1964 e com jurisdição sobre 10 municípios: Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, no Estado do Maranhão; Tocantinópolis, Nazaré, Itaguatins, Axixá e Sítio Novo de Goiás, no Estado de Goiás. O movimento maior, entretanto, é o relativo ao município de Imperatriz e João Lisboa. Alem do Banco do Brasil, em 1969, havia em Imperatriz uma agência do Banco da Amazônia, instalada a 10-8-1962 como Banco de Crédito da Amazônia e passando à presente designação em 1967, e uma agência do Banco do Estado do Maranhão, instalada em 1969. O Banco da Amazônia financiava a pecuária, indústria e comércio, não concedendo empréstimos agrícolas.

minação pessoal que os “baianos” encontrem só má vontade e morosidade por parte dos funcionários do executivo, legislativo e judiciário de Imperatriz e dos outros órgãos governamentais que por vezes manipulam, personalizando, a dicotomia sulista/nordestino, fazendeiro/lavrador.

Como em qualquer outra frente de expansão no Brasil contemporâneo, na discussão dos problemas ligados à posse e propriedade de terras é preciso mencionar ainda a ação dos “grileiros”. No Maranhão o problema de grilagem (53) já se fizera sentir 15 a 20 anos atrás, quando a frente de expansão atingira os vales do Mearim e Pindaré.

Há por parte dos grileiros sempre uma avaliação precisa sobre a valorização comercial das terras devolutas. Bem relacionado nos centros urbanos, conhecedor de todo processo necessário à legalização das terras e com auxílio de donos de cartórios, o grileiro demonstra a ocupação efetiva das terras requeridas ou então que as obteve regularmente de presumíveis herdeiros. Com o comprovante da realização das etapas necessárias à legalização, busca nos centros do sudeste eventuais compradores, garantindo a regularização prévia dos direitos de propriedade, gabando as vantagens das terras oferecidas e assegurando sua rápida valorização. Cumpre acrescentar ainda que as áreas de atuação dos grileiros são áreas pouco conhecidas, não mapeadas, de forma que o grileiro realiza uma tríplice burla: primeiro, quando forja uma falsa apropriação legal; em segundo, quando desborda invariavelmente a área da qual pretensamente legalizou a escritura; e, por último, quando se passa os direitos, em cartório, em transação aparentemente legal.

A ação dos grileiros é comentada pelos líderes políticos locais e funcionários da Delegacia de Terras (54), mas passa despercebida dos lavradores-migrantes instalados nas terras transacionadas e que passam à categoria de posseiros, sendo pressionados a abandoná-las. Para eles é o proprietário, que faz valer seus direitos, o responsável pela ação de despejo, restando apenas dois caminhos: recorrer à justiça ou, em última instância, à força, resistindo. Contra os direitos da propriedade privada é inútil recorrer, quer apelando à justiça ou à força. Restaria a via tradicional: o deslocamento. Em Imperatriz dois fatores intervieram, entretanto, no sentido de alterar esse curso de ação:

1). — a inexistência duma Lei de Terras no Maranhão até meados de 1969, sendo as únicas terras realmente tituladas na região as

(53). — Denomina-se “grileiros” os indivíduos que, usando de documentação forjada e recorrendo a artifícios, conseguem apossar-se “legalmente” de grandes áreas de terra, com o objetivo de vendê-las.

(54). — Em Imperatriz existe uma Delegacia de Terras, com jurisdição sobre os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Carolina, Grajaú, Sítio Novo e Amarante.

dos baianos a que anteriormente nos referimos. Esse fator desestimulava, até certo ponto, os eventuais “clientes” dos grileiros, por grande que fosse a boa fé destes;

2). — o estabelecimento duma Delegacia de Terras em Imperatriz, junto à qual foi enviado um jovem advogado nascido no Médio Tocantins como Procurador da Justiça, em fins de 1968, e em cujas mãos estavam os processos relativos à grilagem.

* *
*

III. — IDENTIDADE E CONFLITO.

Em estimulante artigo, Roberto Cardoso de Oliveira (55), após discutir o conceito de identidade étnica, descreve algumas modalidades de sua constituição, dando exemplos em sistemas de interação intertribais e em sistemas de contacto entre “índios” e brancos.

A identidade étnica, sendo uma categoria semelhante a papel, só pode ser definida num sistema de identidades étnicas, diferentemente valorizadas em situações particulares, onde são apreendidas num sistema de representações de conteúdo ideológico (56).

Creemos que nas frentes de expansão encontramos uma situação peculiar de contato, onde é possível desenvolverem-se relações interétnicas, relações que envolveriam não apenas etnias de escalas as mais diferentes, como são a sociedade nacional e os grupos indígenas, mas também diferentes grupos da própria sociedade nacional. E isso se verifica no Tocantins Maranhense. Queremos ressaltar que existe não apenas uma hierarquia de *status* nessa situação de contacto, mas sobretudo uma estrutura de classes (57).

Já indicamos como uma série de fatores históricos condicionou a formação de identidades contrastivas na situação de frente de expansão do Tocantins Maranhense. Cabem algumas considerações ainda a respeito dessas identidades que surgiram a partir de 1960-61, ou seja, de como os participantes da frente representam sua inserção nesse processo de mudança. Sulista e nordestino são as categorias mais abrangentes de que lançam mão os indivíduos e grupos que se situam nesse sistema de relações. Essas categorias, sulista — inicialmente sinônimo

(55). — Roberto Cardoso de Oliveira, 1972.

(56). — *Op. cit.*, citando Lehman (1967), p. 106-107.

(57). — Usamos sistema interétnico tal como proposto por Cardoso de Oliveira, englobando com a expressão etnias em geral.

de baiano (58) — e nordestino, codificam toda uma teia de relações historicamente dada.

No discurso dos nordestinos encontramos de recorrente sua representação como *lavradores* e homens sem terra que saem em *caça* da mata, mata para trabalhar. Mata adquire conotação de fertilidade e liberdade; é a “terra de comum”, “terra da nação”, terra livre que se contrapõe à terra de dono, onde para viver é preciso pagar “renda” (foro) e cuja fertilidade já foi exaurida e onde é necessário muito trabalho para pouco resultado, as colheitas partilhadas, além do mais, com o proprietário. Mas a terra de mata, embora fértil o é transitariamente; no universo do lavrador, a transitoriedade é uma constante. Seu mundo é um mundo de bens escassos e fugazes. E é por isso que em sua estória de vida não há marcos temporais, mas espaciais: ele saiu de um local *x* para outro *y* e desfila toda uma série de deslocamentos de povoados e centros agrupados por regiões, critério mais abrangente. O movimento inicial dá-se a partir dum povoado em seu Estado de origem, donde parte para outros, em outro Estado, até chegar ao Maranhão, onde o deslocamento é mencionado por regiões: Itapicurú, Mearim, Japão, Pindaré, Grajaú. Não queremos sugerir que não haja fixação no correr desse deslocamento, mas apenas que, lidando com os que atingiram o Tocantins Maranhense, o período anterior à chegada à região é representado dessa maneira (59).

A razão do deslocamento é quase sempre apresentada como resultado duma alteração em termos da natureza: a mata trabalhada perde fertilidade e ganha dono; é preciso caçar outra terra. É certo que comumente também é citada a “renda” que era alta, mas as dimensões essenciais da sociedade escapam-lhes. No seu mundo há, pois, homens que se alugam e homens livres que pagam renda e os donos das terras. Definem-se como homens livres sem terra e que não querem se alugar; a solução é deslocar-se para onde haja terras livres.

“Sou de Nova Russas no Ceará. Saí de lá porque trabalho alugado não é bom para pobres. Não queria alugar meu trabalho, por isso saí pra Caxias, de lá pra São Domingos do Linhares, no Japão, de lá para Vertente, no Mearim, Cajá do Malaquias e

(58). — No livro *Eu, Imperatriz*, publicado em 1972 e de autoria de Edelvira Marques de Moraes Barros, de antiga família da cidade, professora e diretora da Escola Cristo-Rei, há uma clara definição de sulista à pg. 153: “Por esse tempo não recebo só nordestinos. Chegam os sulistas (chamo de sulista todos os que não vêm do nordeste)”. Nessa sua frase vê-se explicitamente como a categoria sulista se constrói por oposição a nordestino.

(59). — É preciso apontar, ainda, que uma outra distinção é feita pelos habitantes do Tocantins Maranhense entre os que emigraram do sertão, da zona de criatório e, portanto, não eram lavradores e os que vieram de regiões agrícolas. Os primeiros são chamados “sertanejos”.

Santa Ignez no Pindaré. . . Desde que entrei no Maranhão pouco trabalho alugado, dois anos só” (homem de Nova Russas, recém-chegado a Viração, povoado à beira do Tocantins).

Mas, a partir dum dado momento, quando instalados nas matas do Tocantins Maranhense, uma série de fatores históricos já apontados permitiu uma ruptura nessa representação de si e do processo de deslocamento. Passam a se ver inseridos num sistema no qual se definem com outros atributos mais e, por contraste, com outra categoria de homens, não presentes no universo anterior: os sulistas. Estes são fazendeiros, pecuaristas, donos de terra que não procuram “renda”, recusam estabelecer relações pessoais e vivem num mundo à parte. O mundo dos sulistas não é apenas diferente do dos nordestinos, mas a ele se opõe: são criadores de gado que plantam pasto, que têm dinheiro e poder junto ao “governo”. Dentre os sulistas, os piores são os baianos que empregam a força e destroem lavouras e povoados. Com os sulistas não há aliança possível: eles querem as terras, depois que a mata foi derrubada com o trabalho dos nordestinos, para fazer pasto, cercam as propriedades e não dão foro, nem alugam os nordestinos. A pobreza contra eles nada pode, nada consegue.

“Maranhense tem esse jeito de ir sempre andando e come as matas e não fica com nada no fim. . . Quem não tem dinheiro, perde a erva. . .” (pernambucano de Araripina, há 17 anos situado próximo a Imperatriz e ameaçado de perder as terras).

“Terra é como pão; a gente trabalha, esforça, faz, põe no fogo e vêm outros, atiram água e no fim comem o pão da gente. . .” (piauiense situado em terras reclamadas por fazendeiro baiano, expulso e atualmente com roça na estrada PA-70, ramal unindo Marabá à Belem-Brasília).

“Não tem título para ninguém, mas a lei é sempre para os ricos. Mas, a pobreza faz sua casa, seu quintal e é justo sair?”

“Agora tem questão com esses baianos e mineiros que vêm de longe. . . Os pobre não podem, têm que sair. . . Eles tomam terra aqui, outra lá, vão arrodando e depois querem comprar. E tem que vender pelo que eles querem, senão só ameaçam, não deixam botar roça. . .” (irmãos piauienses, estabelecidos com o pai em 1945 no local do povoado de Lagoa Verde, vindos do Mearim).

A oposição é formulada em termos étnicos, pois no seu mundo havia fazendeiros ricos, mas que entravam na categoria de “patrão”; podiam ser bons ou maus patrões. Mas a relação com o patrão não é vista como encerrando uma contradição de interesses, pois é permeada por toda uma gama de obrigações pessoais: o vínculo é de ordem moral

e a relação sempre personalizada, redutível aos atributos dum sujeito dado.

Já a natureza das relações com os sulistas é percebida nos moldes do que Roberto Cardoso de Oliveira denominou “um certo tipo de colonialismo interno” (60). Não que os nordestinos se assumam como classe e tenham uma consciência de classe, mas admitem tacitamente uma hierarquia de *status* na ideologia da situação de contato e na qual se situam em posição inferior, chegando à percepção dum relacionamento de dominação formulado em termos de etnias (sulista/nordestino).

“Mas é sempre a mesma coisa. A área requerida em nome de X e Y (bairanos). Na beira de central fizeram benfeitoria; sempre fazem onde não tem título, pois a outra área está assegurada. Para os fundos onde foi concedida terra para X deixada sem nada, só mata. Alí foi que situaram o povoado. Quando já derrubada a mata, a terra valorizada já boa para jogar capim, aí entraram com ação...” (alagoano, residente em Imperatriz, com roça em terras do povoado de Santa Maria).

Alguns líderes dos lavradores chegam a desenvolver uma consciência de classe e mesmo a percepção e formulação dum colonialismo interno.

“Essa região, dona, eu conheço muitas partes do Maranhão, Ceará, Piauí e até Recife — não tem nenhuma como ela. Vai ficar carregada mesmo. Não há lugar melhor, mais fartura. Mas é uma região perdida... Vir para o Maranhão é como entrar no escuro. Até se fala aqui: Vamo para o Brasil. O Brasil é o sul, Goiânia, Anápolis, São Paulo. Aqui, nem Brasil é...” (lavrador do Grajaú, hoje comerciante também, povoado de Coquilândia).

Como foram os bairanos os primeiros a se estabelecerem em Imperatriz, os valores a eles imputados foram posteriormente estendidos aos demais sulistas, embora em sua plenitude esses valores se concretizem nos bairanos. Também em relação aos bairanos, a situação vigente no início dos anos 60 caminhou para a emergência e expressão violenta das tensões subjacentes às relações interétnicas.

“O Maranhão precisa é de arroz e não de pasto. A maior praga do Maranhão não é a malária, mas os bairanos...” (trecho lembrado de discurso político realizado em 1963).

(60). — A noção de “Colonialismo Interno” na Etnologia (1966) in “A Sociologia do Brasil Indígena”: 77-83.

“Pasto é comida para baiano e éguas...” (incidente lembrando a propósito de comício político realizado na cidade, ao que um baiano teria retrucado “Inclua sua mãe entre elas...”).

“Sabe o que um menino respondeu quando perguntaram o que é uma ilha? É um monte de terras cercadas de água, com capim e baianos pastando...” (do relato de estudante, sobrinha de baianos).

Segundo se pode depreender, a característica selecionada para a composição da identidade de baiano, como a mais marcante, foi a formação de pastos, desconhecida na região. Assim, certos ditos: “pasto é comida de baiano”; “pasto é praga de baiano”; “pasto é bosta de baiano”.

A maior ou menor acentuação dos valores socialmente selecionados para a composição da identidade de “baiano” e sulista é paralela a uma proximidade espacial e sócio-econômica, ou seja, a uma intensificação dos contactos no sistema interétnico: os baianos situaram-se mais próximos à cidade de Imperatriz, as fazendas envolveram povoados e eles não apenas participaram ativamente da política municipal, mas apelaram para o uso da força para expulsar os lavradores e destruir suas roças. Os mineiros e capixabas — e outros baianos também —, localizados além do Trecho Seco, estão mais distantes e com eles os contactos são esporádicos. Entretanto, com a abertura da rodovia estadual MA-74, ligando Santa Luzia ao povoado de Açailândia, tudo já indicava que a situação iria se alterar e novos conflitos poderiam surgir, pois apesar da existência de projetos de colonização por parte do Governo Estadual (61), as margens da rodovia próximas ao povoado da Açailândia já estavam ocupadas em 1969. Além do mais, a Delegacia de Terras de Imperatriz, sem verbas, achava-se impotente para tentar disciplinar a ocupação da terra segundo a planificação oficial, processando-se esta “desordenadamente”, mas de uma maneira regular, imediata, distante das disposições abstratas, repetindo o processo já descrito.

(61). — Vide Decreto n. 3831, de 6-12-1968, que constitui em reserva, por motivo de utilidade pública, as terras devolutas marginais da rodovia MA-74. Na Delegacia de Terras de Imperatriz, em 1970, havia uma relação datada de 12-03-70 dos processos das terras marginais da MA-74, Açailândia-Santa Luzia, no qual constavam 500 títulos provisórios, já assinados, referentes a lotes de 50 ha. Desses 500 títulos, 325 (65%) estavam em nome de residentes da cidade de Imperatriz, sendo os demais de moradores de vários povoados. O planejamento previa lotes de 50 ha às margens da rodovia, seguidos de lotes de 200 a 250 ha e, mais para o fundo, lotes de 1.000 ha, estes últimos destinados à pecuária, enquanto os de 50 ha seriam para agricultura e os de 200 a 250 ha destinar-se-iam à agriculturas e criação. Previa-se também reservas florestais ao longo da rodovia.

É preciso ressaltar, ainda, que toda vez que surpreendidos em situação de interação apenas com indivíduos nordestinos — geralmente nos povoados — sem a participação de sulistas, o comportamento verbal dos migrantes nordestinos era no sentido de salientar categorias mais genéricas dentro da categoria nordestino: cearense, piauiense, paraibano, maranhense, que apareciam igualmente nas histórias de vida. E como todo centro se inicia com famílias procedentes duma mesma localidade, sempre encontra-se grupos de parentes e vizinhos alinhados numa mesma rua do centro ou povoado. É possível, assim, surgir uma situação em que num povoado, ao lado de indivíduos todos procedentes de um mesmo Estado e região nordestina, situem-se algumas famílias doutra procedência; nesse caso a identidade regional é a todo instante apelada. É o caso do povoado de Bom Jesus, às margens do Tocantins, a 84 km de Imperatriz e no qual os habitantes na sua maioria são pretos piauienses, parentes ou amigos do fundador Manoel Preto, exceto alguns paraibanos que, além do mais, são brancos. Manoel Preto veio de São Pedro do Piauí para o Maranhão, onde depois de vários deslocamentos chegou à região de Imperatriz, vindo do “Japão” em 1955. Depois de situar-se às margens do Tocantins, começou a “trazer todo o povo”; fez várias viagens: na primeira trouxe 36 pessoas, na segunda 50 e poucas e na terceira mais 60 pessoas. Mandava escrever contando da região, pagava a viagem. Depois que estavam no povoado, escreviam sobre o lugar; ele, conta, rasgava as cartas em Imperatriz onde as ia postar e no lugar do que contavam sobre a malária, isolamento e dificuldades, escrevia que era bom, que deviam também vir. E o povoado foi crescendo. . . Por volta de 1961 começaram a chegar “os paraibanos com carrancismo de Itaguatins”. E iniciaram-se os atritos, não querendo aceitar a chefia de Manoel Preto. Mas, no dizer deste, “todas otoridades estão comigo, reconheceu que a maioria do povo daqui é do Piauí”, que todos ali “entrelaçados”. Os paraibanos mostram sempre animosidade em relação a Manoel Preto, afirmando que não se acovardam “mas amigos mesmo só dos outros paraibanos, compadres”.

Os fazendeiros baianos, capixabas e mineiros, por sua vez, classificam-se no âmbito das relações interétnicas, representando-se como os portadores dos valores de progresso, conforto, limpeza, racionalidade, opondo-se aos nordestinos, por eles denominados “maranhenses”. Exibem suas casas de alvenaria, com varanda, chão de tacos ou cerâmica, grandes cozinhas, várias salas, mobiliário abundante, banheiro (mesmo que sem uso aparente), frente da casa ajardinada e sobretudo o curral logo ao lado com o gado azebuado. Trajam-se diferentemente dos maranhenses, calçam botas e usam chapéus de copa e abas largas de couro curtido e mais frequentemente de feltro. Ressaltam que são todos amigos entre si, constituindo um círculo exclusivo de amizade e casamento. Mantem contacto através de viagens e visitas com o local

de origem no sul e definem-se como criadores de gado, opondo-se aos “maranhenses”. Frequentemente apontam que não usam rede, conotando depreciativamente o seu uso aos nordestinos.

Temos, assim, um conjunto de representações que segmentos de diferentes proveniências da sociedade nacional se fazem da situação de contato numa frente de expansão contemporânea no Brasil. Cabe apenas acrescentar, citando Roberto Cardoso de Oliveira, que a identidade étnica “enquanto categoria ideologicamente valorizada . . . é passível de uma certa escolha ou opção em situações determinadas”. Essa manipulação pode ser claramente apreciada em situações envolvendo comerciantes — sejam eles nordestinos ou sulistas — e chefes políticos.

* * *

*

CONCLUSÃO.

A análise concreta da frente de expansão contemporânea do Tocantins Maranhense permite-nos formular algumas conclusões a respeito da frente específica de que tratamos e outras mais genéricas que dizem respeito às frentes de expansão em geral.

1). — Qualquer afirmação a respeito do surgimento dum “homem novo”, de valores democráticos, do triunfo do individualismo criador “na fronteira” e na marcha para o oeste, só se mantém num plano de discurso ideológico visando a promoção de valores do nacionalismo, integração e defesa do país.

2). — Embora fosse tentador afirmar-se que a região do Tocantins Maranhense foi atingida e envolvida por um surto de progresso a partir da iniciativa governamental de abertura de uma rodovia que ligou a região aos polos de desenvolvimento do sudeste do país e ao centro urbano em crescimento no norte, Belem do Pará, tal afirmativa é incompleta e leva a uma generalização imprópria e defeituosa, pois:

a). — em primeiro lugar, omite-se a existência de um movimento espontâneo de migração nordestina a partir de 1870, quando o sistema de *plantation* em crise, conjugado com as secas periódicas, expulsa um número crescente de nordestinos que ou se dirigem para os centros urbanos do Nordeste e posteriormente para o sul do país, ou avançam rumo ao oeste em busca de terras livres para trabalhar;

b). — em segundo lugar, concebe-as as mudanças só a partir de 1959, época até a qual a região estaria em equilíbrio estável, quando anteriormente já passara por várias crises ligadas à expansão e decadência da exploração da borracha e à extração da castanha do Pará.

Povoada por sertanejos, criadores de gado, conhecendo um surto de crescimento e atividades comerciais ligadas à exploração dos castanhais do Itacaiunas, foi a partir de 1950 ocupada por lavradores nordestinos e por criadores do sul do país. O que houve realmente, a partir de então, foi uma intensificação da ocupação das matas e sua transformação em roças, capoeiras e pastos e uma aceleração dum processo pré-existente.

3). — A frente de expansão do Tocantins Maranhense colocou em conjunção segmentos de diferentes proveniências da sociedade nacional, permitindo a emergência de um sistema de relações interétnicas. Poderíamos ser tentados a ver os fazendeiros do sul como elementos inovadores, progressistas, portadores de elementos de modernização, contrapondo-se aos nordestinos, inseridos numa ordem tradicional. Entretanto, os dados expostos permitem já entrever uma ordenação de relações na qual a patronagem pode ser observada e definida tanto em termos de “ordem tradicional”, quanto de “ordem moderna”. Se, de uma maneira geral, os fazendeiros sulistas recusam-se a assumir o papel de “patrão” e compadre dos “maranhenses”, nem porisso deixam de o assumir em relação aos agregados e trabalhadores do sul que trazem consigo. Mas essa recusa, a utilização das identidades étnicas em oposição e as condições políticas nacional e estadual no início dos anos 60 permitiram a expressão violenta dos conflitos subjacentes às relações interétnicas.

4). — Na frente de expansão do Tocantins Maranhense, como nas frentes de expansão em geral, temos uma situação privilegiada para estudo dos processos de mudança e para avaliação da dicotomia tradicional/moderno na análise do Brasil contemporâneo. O estudo dessa frente de expansão revela-nos inadequada a utilização dessa dicotomia. O material apresentado permite apreciar como elementos atribuídos à “estrutura tradicional” e à “estrutura moderna” constituem uma mesma unidade contraditória.

5). — Na verdade, encontramos uma situação que melhor poderíamos compreender, em se guardando seu caráter singular, abordando-a com o conceito mais inclusivo de “colonialismo interno”, evitando cair assim num esquema dualista, dissociativo, fragmentando a realidade investigada em sociedade feudal/sociedade capitalista ou caracterizando-a como economia mista.

Quando caracterizamos a região como colônia interna, tomamos como traços fundamentais: “1). — a existência de terras livres, desocupadas e de acesso fácil para os colonos; 2). — a existência duma divisão mundial do trabalho, constituída dum mercado universal no qual as colônias podem se especializar na produção em massa de produtos agrícolas, recebendo em troca produtos industriais acabados que,

em outras circunstâncias, seriam obrigadas a confeccionar” (62). “A essência de toda colônia livre consiste em que a massa da terra é ainda propriedade do povo e que cada colono pode se apropriar de uma parte que lhe servira de meio de produção individual, sem impedir com isso que os colonos que cheguem depois façam o mesmo” (63). Para tornar-se elemento de colonização a terra necessita não apenas estar inculta, mas ser ainda propriedade pública, passível, portanto, de transformar-se em propriedade privada.

A região do Tocantins Maranhense configura-se, pois, como colônia interna: as terras devolutas vão sendo ocupadas, transformando-se em propriedade privada e uma agricultura comercial de arroz aí se desenvolve visando o fornecimento de arroz de baixa qualidade para o sudeste do país, ao mesmo tempo que recebe deste produtos manufaturados (64).

*

* *

BIBLIOGRAFIA.

- ANÔNIMO, Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí, *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo LXII, parte I, 1900, pp. 60-61.
- BARTH (Frederik) (ed.), *Ethnic Groups and Boundaries*, George Allen & Unwin, London (1970).
- CARDOSO DE OLIVEIRA (Roberto), A Noção de “Colonialismo Interno” na Etnologia, *Tempo Brasileiro*, ano IV, n. 8, 1966.
- Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia, *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, vol. 4, n. 1, 1967 .
- Identidad étnica, identificacion y manipulacion, *America Indigena*, vol. XXXI, n. 4, octubre 1971 pp. 923-953.

(62). — Lenin, *Le Développement du Capitalisme en Russie*, Editions Sociales, Paris, p. 677.

(63). — Marx, *Le Capital*, Editions Sociales, Paris, livre I, tome troisième, p. 209.

(64). — O arroz maranhense, deste os tempos da colonização portuguesa no Brasil, era produto importante não só para consumo local, mas também para exportação para o nordeste. A partir da época da II Guerra Mundial, o cultivo do arroz expandiu-se no Maranhão, tanto em termos da área cultivada, atingindo a região do Japão, Mearim e Pindaré e nos anos 60 o Tocantins, como em termos de mercado, sendo enviado para o Rio de Janeiro e São Paulo através da rodovia Rio-Bahia e da Belem-Brasília. Esse arroz de baixa qualidade, grão irregular e quebradiço, é consumido pelas classes baixas dos centros do sudeste, graças ao seu preço sempre inferior.

- CARVALHO (Carlota), *O Sertão*, Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, Rio de Janeiro, 1924.
- CARVALHO FRANCO (Maria Sylvia), *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.
- CASANOVA (Pablo Gonzales), *Sociologia de la Explotacion*, Siglo Veinteuno, Editores S. A., Mexico (1969).
- DALTON (George) (ed.), *Tribal and Peasant Economies*, The Natural History Press, Garden City, New York, 1967.
- FOSTER (George), *Interpersonal Relations in Peasant Society*, *Human Organization*, vol. 19, n. 4 winter 1960-61, pp. 174-184.
- GAIOSO (Raimundo José de Souza), *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*, Coleção São Luiz I, SUDEMA, Maranhão, 1970.
- I. B. G. E. — Censo Demográfico: Maranhão — VIII Recenseamento Geral, 1970, vol. I, tomo V.
- VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970.
- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral, 1970, Maranhão.
- JACKSON (J. A.) (ed.), *Migration*, Cambridge, The University Press, 1969.
- KAUTSKY (Karl), *A Questão Agrária*, Gráfica Editora Laemmert S. A., Rio de Janeiro, 1968.
- LENINE (V.), *Le Développement du Capitalisme en Russie*, Editions Sociales Paris.
- MARX (Karl), *Le Capital*, Editions Sociales, Paris, (1950), Livre deuxième, tome second; livre premier, tome troisième.
- MEIRELES (Mario N.), *Historia do Maranhão*, D. A. S. P., Serviço de Documentação, 1960.
- MONBEIG (Pierre), *Pionniers et planteurs*, Librairie Armand Colin, Paris.
- MORAES BARROS (Edelvira Marques de), *Eu, Imperatriz*, Imperatriz, Maranhão, 1972.
- PACHECO (D. Felipe Condurú), *História Eclesiástica do Maranhão*, S. E. N. E. C., Departamento de Cultura, Maranhão, 1969.
- PARK (Robert), *Human Migration and the Marginal Man*, *The American Journal of Sociology*, vol. XXXIII, may 1928, pp. 88-93.
- PRADO JR.; ECHEVERRIA et alia — *A Agricultura Subdesenvolvida*, Coleção Caminhos Brasileiros, 2, Editora Vozes Limitada, Petrópolis, Rio de Janeiro (1969).
- OLIVEIROS (Jerônimo de), *História do Comércio do Maranhão 1612-1895*, Publicação comemorativa da passagem do I Centenário da Fundação da Comissão da Praça, São Luiz, 1954, 3 vols.
- RIBEIRO (Francisco de Paula), *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 a serviço de S. M. Fidelissima*, *Revista Tri-*

- mensal de Historia e Geographia*, tomo X, 2a. ed., Rio de Janeiro, 1848, pp. 5-80.
- RICARDO (Cassiano), *Marcha para Oeste*, Editora da Universidade de São Paulo — Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1970, 2 vols.
- SANTOS (Milton), A cidade de Jequié e sua região, *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-março de 1956, ano XVIII, n. 1 pp. 71-110.
- SHANIN (Theodor) (ed.) — *Peasants and Peasant Societies*, Penguin Books (1971).
- SOARES (Maria Therezinha de Segadas), Alguns Aspectos da evolução econômica do Maranhão no século XX, *Boletim Geografico*, ano XV, n. 139, julho-agosto de 1957, pp. 444-458.
- STAVENHAGEN (Rodolfo), *Essai comparatif sur les classes sociales rurales et la stratification dans quelques pays sous-développés*, these de 3ème cycle, Université de Paris, 1954.
- SUDEMA — Departamento Estadual de Estatística, Pesquisa Agrícola Piloto, 1967-68: Pesquisa do setor Primário, ano 1967-68.
- Pesquisa sobre orçamentos familiares (POF) em 12 municípios do Interior do Estado do Maranhão.
- Departamento Estadual de Estatística — Anuário Estatístico do Maranhão, 1968.
- TAYLOR (G. R.) (ed.), *The Turner Thesis Concerning the Role of the Frontier in American History*, third edition, D. C. Heath and Company, London (1972).
- VALVERDE (Orlando), Geografia Econômica e Social do Babaçú no Meio Norte, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n. 4, pp. 281-314.
- *A Rodovia Belem-Brasília*, I. B. G. E. Rio de Janeiro, 1967.
- VELHO (Otávio Guilherme), *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, Zahar Editores, Rio de Janeiro (1972).
- WARD (Bárbara), Cash or Credit Crops? An Examination of some Implications of Peasant Commercial Production with Special Reference to the Multiplicity of Traders and Middlemen, in Potter, Diaz and Foster (eds) *Peasant Society — A Reader*, Little Brown and Co.,
- WAIBEL (Leo H.), As Zonas Pioneiras do Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n. 4, out.-dez. de 1955, pp. 389-417.
- Boston, (1967) pp. 135-151.
- WOLF (Eric), *Sociedades Camponesas*, Zahar Editores, Rio de Janeiro (1970).
- WYMAN (Walter) & KROEBER (Clifton B.) (eds.), *The Frontier in Perspective*, The University of Wisconsin Press, 1965.

DOCUMENTOS.

- Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e Móveis de Madeira de Imperatriz — registro dos associados.
- Associação Profissional dos Trabalhadores em Olaria de Imperatriz — registro dos associados.

- Câmara Legislativa de Imperatriz — livros de presença.
- Cartório do I Ofício de Imperatriz — Termos de Compromisso: promotor e juiz.
- Cartório do II Ofício de Imperatriz — Termos de Compromisso: promotor e juiz.
- C. E. M. — Setor Maranhão, Distrito IV — Imperatriz: dados relativos aos municípios de Imperatriz, João Lisboa e Montes Altos — anos de 1968, 1969 e 1970.
- C. E. M. — Setor Maranhão, Distrito IV — Imperatriz: plantas de povoados.
- Coletoria Estadual de Imperatriz — Relação dos estabelecimentos industriais da cidade de Imperatriz.
- Delegacia de Terras — Imperatriz — Processos encaminhados e títulos expedidos pelo Departamento de Terras do Maranhão, até julho de 1970.
- Delegacia de Terras de Imperatriz — Relação dos processos das terras marginais a MA-74: Açailândia-Santa Luzia, ano de 1970.
- Diário Oficial, Estado do Maranhão, ano LXII, n. 140: Lei n. 2979 de 17-7-69.
- Fundação I. B. G. E. — I. B. E. — Município de Imperatriz, João Lisboa e Montes Altos: dados relativos aos anos de 1969 e 1970.
- Mesa de Rendas de Imperatriz — Renda Tributária, exercício de 1968, 1969 e 1970.
- “O PROGRESSO” — Jornal da Cidade de Imperatriz, anos I, II e III (1970, 1971 e 1972).
- RODOBRAS — II Distrito Rodoviário — Imperatriz: documentos relativos ao Distrito Rodoviário.
- SINDICATO DOS ARRUMADORES DE IMPERATRIZ — carteiras dos membros e livro de registros.